

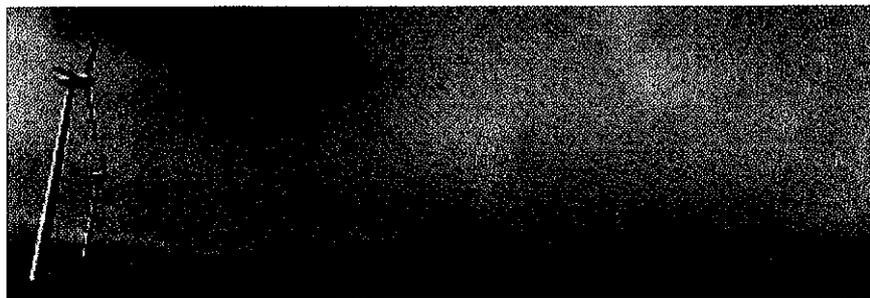


EDA RENOVÁVEIS

GRUPO EDA

Handwritten signatures and initials:
Celi
JF.
JST
JR

RELATÓRIO E CONTAS 2017



CARACTERIZAÇÃO DOS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO	3
MENSAGEM DO PRESIDENTE	4
A EMPRESA	5
FATOS RELEVANTES	6
ATIVIDADE	8
INVESTIMENTO	20
RECURSOS HUMANOS	24
INFORMAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA	26
AÇÕES PRÓPRIAS	35
NEGÓCIOS ENTRE A SOCIEDADE E OS SEUS ADMINISTRADORES	35
SUCURSAIS DA SOCIEDADE	35
FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO	35
PERSPETIVAS	36
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	38
INFORMAÇÕES SOBRE A SOCIEDADE	39
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	44

sk
CMh.
Am.
Del
AR

CARACTERIZAÇÃO DOS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

	2013	2014	2015	2016	2017
PRODUÇÃO					
Produção Total Energia Elétrica Fonte Renovável (GWh)	273	279	268	248	277
Produção Geotérmica (GWh)	174	183	182	152	193
Produção Hídrica (GWh)	29	24	24	31	29
Produção eólica (GWh)	69	72	62	65	55
EQUIPAMENTO					
Centrais Geotérmicas (nº)	2	2	2	2	3
Centrais Hídricas (nº)	11	11	12	12	12
Parques Eólicos (nº)	8	8	7	7	7
Potência Instalada em Centrais e Parques Eólicos (MW)	59	59	60	60	63
Centrais Geotérmicas (MW)	23	23	23	23	27
Centrais Hídricas (MW)	7	7	8	8	8
Parques Eólicos (MW)	29	29	29	29	29
ECONÓMICO-FINANCEIROS					
Volume de Negócios (mil euros)	25 679	26 874	25 813	24 109	27 299
Resultado Operacional - EBIT (mil euros)	11 385	11 238	8 682	7 984	6 487
EBITDA (mil euros)	23 701	20 476	20 112	17 937	20 748
Ativo Líquido (mil euros)	118 372	123 597	123 765	122 206	123 224
Investimento (mil euros)	7 698	3 104	2 880	11 592	3 393

Handwritten notes:
 J
 CU
 Ph. / J
 Sht

MENSAGEM DO PRESIDENTE

A EDA RENOVAVEIS apresentou em 2017 um resultado positivo de 8.700.334 euros.

Em 2017, a produção de energia elétrica renovável foi de 277,4 GWh, verificando-se um aumento de 11,8% relativamente ao ano anterior. A produção de origem geotérmica foi de 193 GWh, sendo a de origem eólica e a hídrica de 55 GWh e 29,4 GWh, respetivamente. Em termos percentuais verificou-se que a produção de eletricidade a partir das fontes geotérmica, eólica e hídrica contribuíram, respetivamente, com 69,6%, 19,8% e 10,6% do total da produção anual de energia elétrica renovável. O volume de negócios atingiu os 27,3 milhões de euros.

Das atividades desenvolvidas durante o ano de 2017 destaca-se a entrada em funcionamento da Central Geotérmica do Pico Alto, na ilha Terceira, no último semestre do ano. Adicionalmente, durante o ano desenvolveram-se diversos estudos com vista à definição do arranque dos novos projetos para o Campo Geotérmico da Ribeira Grande e do Pico Alto, que permitirão reforçar de forma significativa a produção de energia elétrica de fonte geotérmica.

A exploração de recursos hídricos e eólicos decorreu com normalidade durante o ano de 2017, mas com uma nítida escassez de recurso, verificando-se que a produção de energia elétrica a partir daquelas fontes, apresentou, face ao ano transato, decréscimos de 4,3% e 15,3%, respetivamente.

A realização dos objetivos estabelecidos para 2017 contou com a colaboração da EDA, acionista maioritária da empresa, aqui se registando o nosso agradecimento.

Por último, queremos reafirmar o nosso justo apreço a todos os trabalhadores da EDA RENOVAVEIS, pela dedicação demonstrada na consecução dos objetivos estabelecidos e empenho posto na realização das ações desenvolvidas ao longo dos anos, que se traduz nas metas de produção, cada vez mais ambiciosas e nos resultados da empresa, com benefício para o Grupo EDA.

A EMPRESA

A EDA RENOVAVEIS é uma sociedade anónima registada na Conservatória do Registo Comercial a 30 de dezembro de 2013, com sede na Central Geotérmica do Pico Vermelho, Estrada Regional da Lagoa do Fogo, concelho da Ribeira Grande, Ilha de S. Miguel, Açores, tendo como objeto social o aproveitamento de recursos renováveis, designadamente de recursos hídricos, eólicos, geotérmicos, solares, resíduos e outros para a produção de eletricidade ou outros fins.

O capital social da sociedade é de vinte e três milhões setecentos e noventa e nove mil e novecentos e setenta euros, representado por quatro milhões setecentos e cinquenta e nove e novecentos e noventa e quatro ações, com o valor nominal de cinco euros cada.

A EDA - Electricidade dos Açores, S.A. e a SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda., detêm, respetivamente, uma participação de 99,68% e de 0,32% do capital social da sociedade.

[Handwritten signatures and initials]



FACTOS RELEVANTES

Da atividade da EDA RENOVÁVEIS no ano de 2017 ressalta como facto mais marcante o início da operação da Central Geotérmica do Pico Alto na ilha Terceira, inaugurada a 20 de novembro.

EUH.
AF.
D. L. S.
JR

O ano de 2017, caracterizou-se por uma precipitação dentro dos valores normais que permitiram obter resultados de produção dentro do esperado nas centrais hídricas. A indisponibilidade das condutas das centrais hídricas da ilha Terceira, onde decorre a obra de substituição integral das mesmas e uma avaria no alternador na Central hídrica do Varadouro, na ilha do Faial, causaram indisponibilidades no equipamento que afetaram a produção nessas ilhas. A irregularidade do clima foi sentida na produção dos parques eólicos com uma quebra de produção comparativamente ao ano anterior e às médias históricas.

Ao longo do ano sobressaem, também, outros acontecimentos significativos que importam destacar:

Março

- Receção provisória da empreitada de conceção, construção e montagem da Subestação 30 kV da Central Geotérmica do Pico Alto;
- Operação de limpeza de calcite na condição dinâmica, no poço geotérmico PV8.

Maio

- Celebração de Contrato de concessão de exploração de recursos geotérmicos da ilha Terceira;
- Adjudicação do contrato de fornecimento, montagem e colocação em operação dos equipamentos e software para o sistema de controlo dos parques eólicos nas ilhas de Santa Maria, São Jorge, Pico e Flores.

Junho

- Adjudicação do contrato de empreitada de reabilitação das condutas forçadas das centrais mini-hídricas da ilha Terceira.

de

Agosto

- Início dos ensaios de comissionamento da operação da Central Geotérmica do Pico Alto.

Outubro

- Receção provisória da empreitada de conceção, construção e montagem da Central Geotérmica do Pico Alto

Novembro

- Inauguração da Central Geotérmica do Pico Alto.

Dezembro

- Publicação do Acordo de Empresa.

*Pub.
At.
Dat
A2*

ATIVIDADE

Em 2017, o sistema electroprodutor explorado pela EDA RENOVAVEIS era constituído por:

- 7 parques eólicos nas ilhas de Santa Maria, São Miguel, Terceira, São Jorge, Pico, Faial e Flores, com uma potência total instalada de cerca de 28,6 MW, distribuída por:

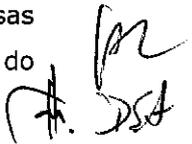
Ilha	Parque Eólico	Potência (MW)
Santa Maria	Figueiral	1,50
São Miguel	Graminhais	9,00
Terceira	Serra do Cume	9,00
São Jorge	Pico da Urze	1,80
Pico	Terras do Canto	2,40
Faial	Salão	4,25
Flores	Boca da Vereda	0,60

Numa fase inicial a localização dos parques eólicos foi dirigida para as ilhas mais pequenas, como Santa Maria, Graciosa e São Jorge, não só por razões ambientais, para aumentar a penetração de energias renováveis, como também como forma de contribuir para a redução dos custos com os combustíveis fósseis. Numa segunda fase, foram construídos parques eólicos nas restantes ilhas.

- 12 Centrais Hídricas, com uma potência total de cerca de 8,4 MW, distribuída por:

Ilha	Central Hídrica	Potência (MW)
São Miguel	Salto do Cabrito	0,71
	Tambores	0,11
	Canário	0,40
	Foz Ribeira Quente	0,82
	Ribeira da Praia	0,80
	Nova	0,61
	Tuneis	1,61
Terceira	Nasce D'Água	0,72
	Cidade	0,26
	S. João	0,45
Faial	Varadouro	0,32
Flores	Ribeira Além Fazenda	1,63





Os aproveitamentos hídricos estão localizados principalmente nas maiores e mais populosas ilhas, São Miguel, Terceira e Faial e também na Ilha das Flores, devido à abundância do recurso hídrico.

- 3 Centrais Geotérmicas, duas localizadas na ilha de São Miguel e uma na ilha Terceira, com uma potência total de 26,5 MW, distribuída por:

Ilha	Central Geotérmica	Potência (MW)
São Miguel	Pico Vermelho	10,00
	Ribeira Grande	13,00
Terceira	Pico Alto	3,50

A Central Geotérmica da Ribeira Grande localiza-se no sector de Cachaços-Lombadas do campo geotérmico da Ribeira Grande e iniciou a sua atividade em 1994. Atualmente é abastecida pelo geofluido captado em quatro poços de produção (CL1, CL5, CL6 e CL7), sendo o efluente injetado em dois poços de injeção (CL4 e CL4-A). A Central Geotérmica do Pico Vermelho explora o recurso captado no sector localizado mais a Norte do campo geotérmico (Pico Vermelho) sendo alimentada pelo fluido geotérmico dos poços de produção PV2, PV3, PV4, PV7 e PV8, dispondo de três poços de injeção (PV9, PV10 e PV11). A Central Geotérmica do Pico Alto localiza-se no Campo Geotérmico do Pico Alto e iniciou a sua atividade em agosto de 2017. Atualmente é abastecida pelo geofluido captado em 3 poços de produção (PA2, PA3 e PA4), sendo o efluente injetado em um poço de injeção (PA8).

Assim, a potência total instalada do sistema electroprodutor explorado pela EDA RENOVAVEIS é de cerca de 63,5 MW.

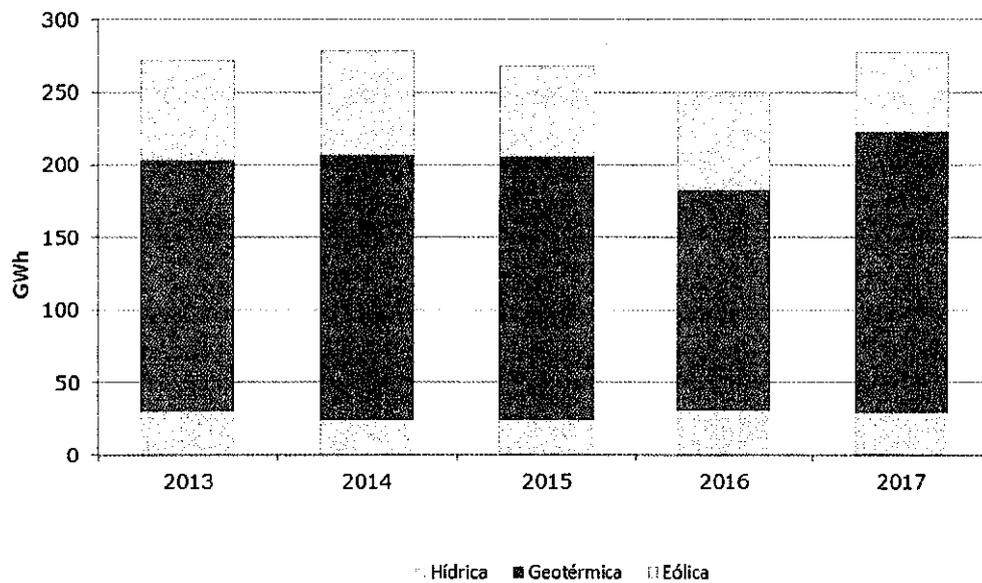
Em 2017, a produção anual de energia elétrica com origem em recursos energéticos endógenos atingiu os 277,4 GWh, correspondendo a um aumento de 11,8% relativamente ao ano anterior. As energias de origem hídrica, geotérmica e eólica apresentaram, face ao ano transato, variações de -4,3%, 26,6% e -15,3%, respetivamente.

Produção de energia renovável por recurso (GWh)

	2013	2014	2015	2016	2017	Var. % 2017/16 (%)
Hídrica	29,4	23,8	24,3	30,7	29,4	-4,3
Geotérmica	174,3	182,9	182,0	152,4	193,0	26,6
Eólica	68,9	72,4	61,7	64,9	55,0	-15,3
Total	272,6	279,1	268,0	248,0	277,4	11,8

de
Clts
for
DSF

Destaca-se que a produção de eletricidade a partir das fontes geotérmica, eólica e hídrica contribuíram, respetivamente, com 69,6%, 19,8% e 10,6% do total da produção anual de energia elétrica renovável (277,4 GWh).



de
Cult.
de
de
de

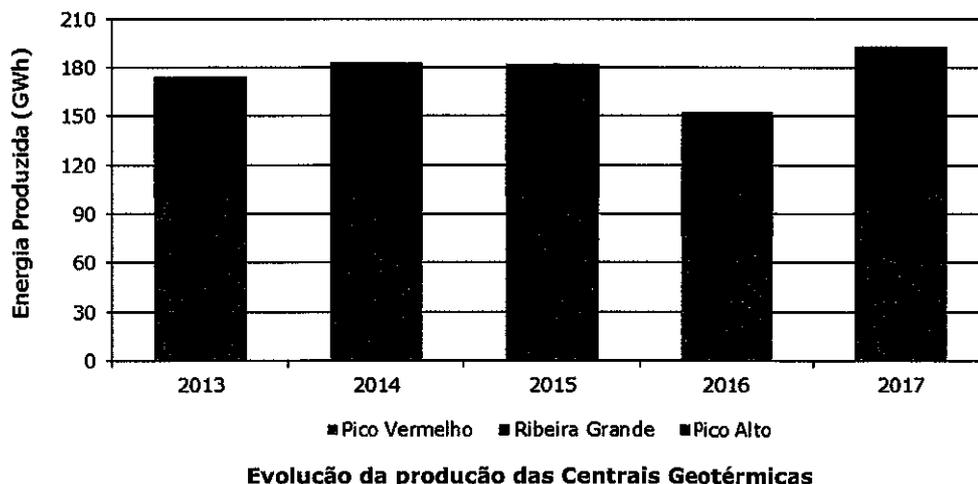
Produção de energia renovável por ilha e recurso em 2017 (GWh)

	Geotérmica	Hídrica	Eólica	Total
Santa Maria	-	-	2,5	2,5
S. Miguel	183,2	23,9	13,9	221,0
Terceira	9,8	-	24,0	33,9
S. Jorge	-	-	3,8	3,8
Pico	-	-	5,5	5,5
Faial	-	-	4,7	4,7
Flores	-	5,5	0,5	6,0
Total	193,0	29,4	55,0	277,4

O total da energia renovável no total da produção de eletricidade na ilha de São Miguel representou 51,6%. A fonte geotérmica, durante o ano de 2017, representou 42,8% da produção de eletricidade da ilha de São Miguel, valor este próximo da produção térmica (fuel) que representou 48,3%, e as restantes energias renováveis, hídrica e eólica, representaram 5,6% e 3,2%, respetivamente. Na ilha Terceira, a contribuição da fonte geotérmica foi de 5,2%, sendo que esta central só iniciou a sua exploração no segundo semestre do ano.

Exploração de Centrais Geotérmicas

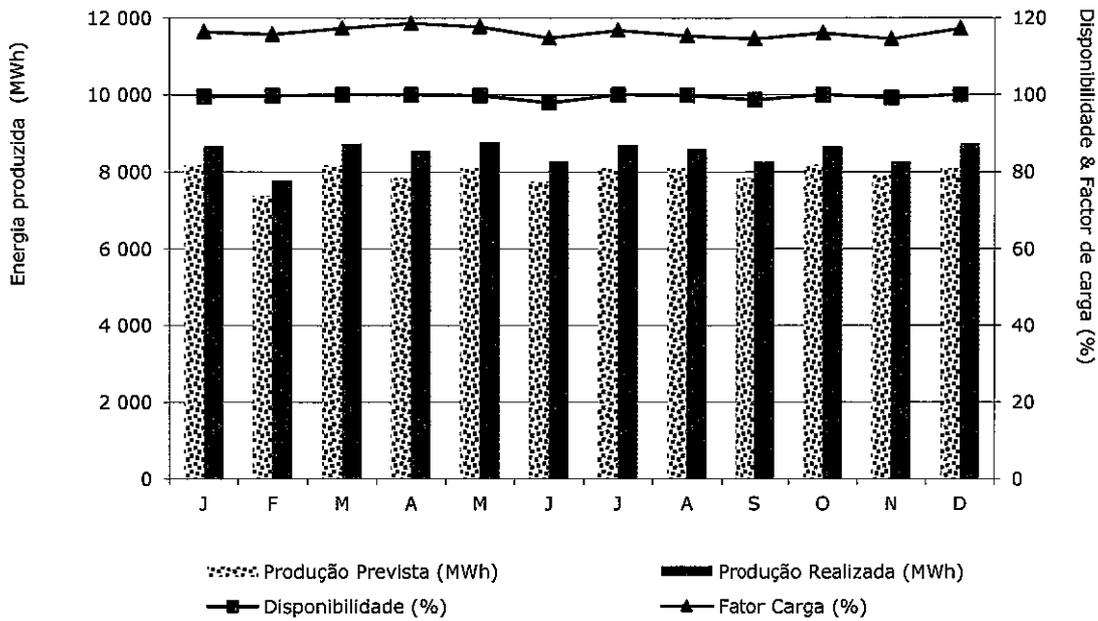
No ano de 2017, a produção de energia elétrica a partir de recursos geotérmicos foi de 193,0 GWh, contribuindo a Central Geotérmica da Ribeira Grande com 81,4 GWh, a Central Geotérmica do Pico Vermelho com 101,8 GWh e a nova Central Geotérmica do Pico Alto com 9,8 GWh, a qual iniciou a sua operação apenas no decorrer do segundo semestre.



Handwritten signatures and initials:
 [Signature]
 C.A.H.
 P.F.
 D.S.
 J.A.C.

Central Geotérmica do Pico Vermelho

A Central Geotérmica do Pico Vermelho, em 2017, produziu 101,8 GWh, tendo superado a estimativa de produção prevista em cerca de 6,3 GWh. A disponibilidade atingida foi de 99,6% e o fator de carga, quando calculado tendo em conta a potência contratada, de 116,2%.



Indicadores de produção da Central Geotérmica do Pico Vermelho

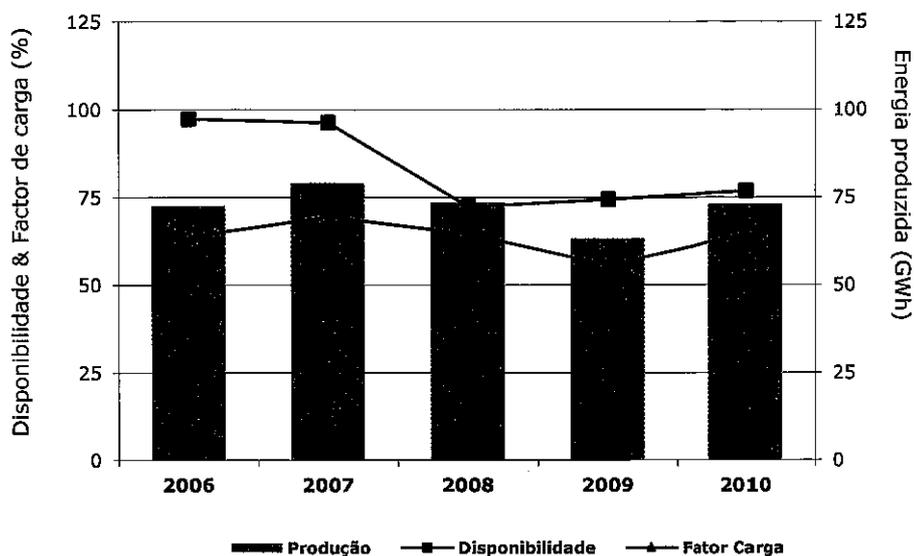
Parâmetro	Un.	2016		2017
		Realizado	Previsto	Realizado
Produção	GWh	76,1	95,5	101,8
Potência Média	MW	8,7	10,9	11,62
Disponibilidade	%	81,3	99,5	99,6
Fator de carga ⁽¹⁾	%	86,6	109	116,2

(1) Quando comparada com a potência contratada.

A Central Geotérmica do Pico Vermelho encontra-se em exploração há dez anos, tendo-se verificado ao longo destes anos uma produção com poucas variações, excetuando o ano de 2016 onde se efetuaram as revisões completas às turbinas, contudo neste último exercício a instalação voltou a apresentar um fator de carga de 116,2%, quando comparada com a potência contratada. Estes resultados são fruto da combinação da existência de um excedente de capacidade de produção de fluido geotérmico à cabeça dos poços de produção com a reserva de potência do grupo gerador, associada à capacidade que vem demonstrando em

de
Chk.
Ph.
Dst
Jan

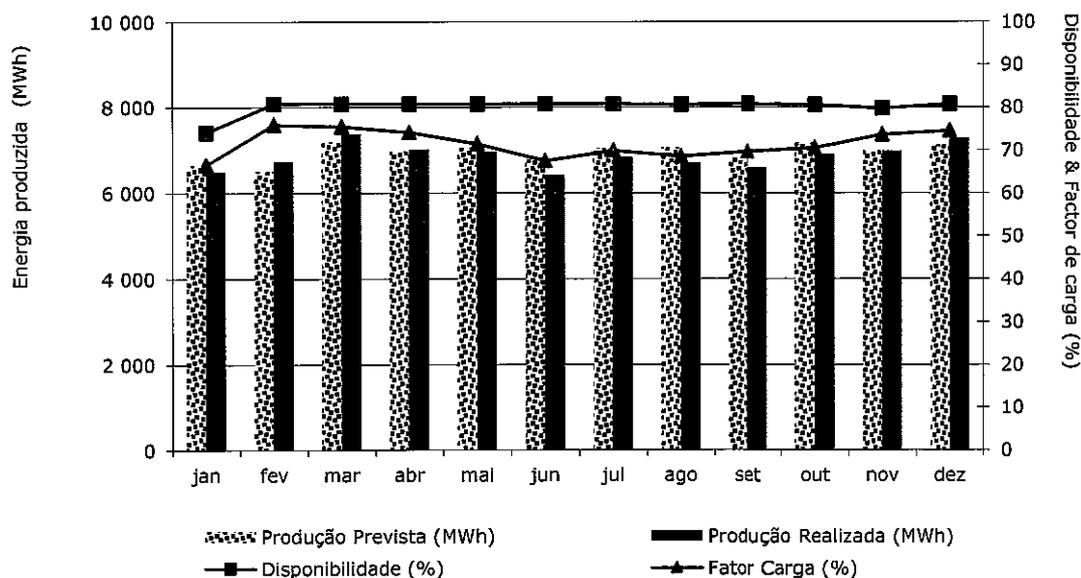
processar os caudais adicionais disponibilizados aos permutadores de calor e às turbinas.



A Central Geotérmica do Pico Vermelho foi alvo das revisões programadas de frequência semestral do grupo gerador e sistemas auxiliares, assim como foram executadas as inspeções dos sistemas de injeção de inibidor, de acordo com os planos manutenção previstos.

Central Geotérmica da Ribeira Grande

No ano de 2017, a Central Geotérmica da Ribeira Grande produziu 81,4 GWh, valor inferior à produção prevista que se cifrava em 83,2 GWh.

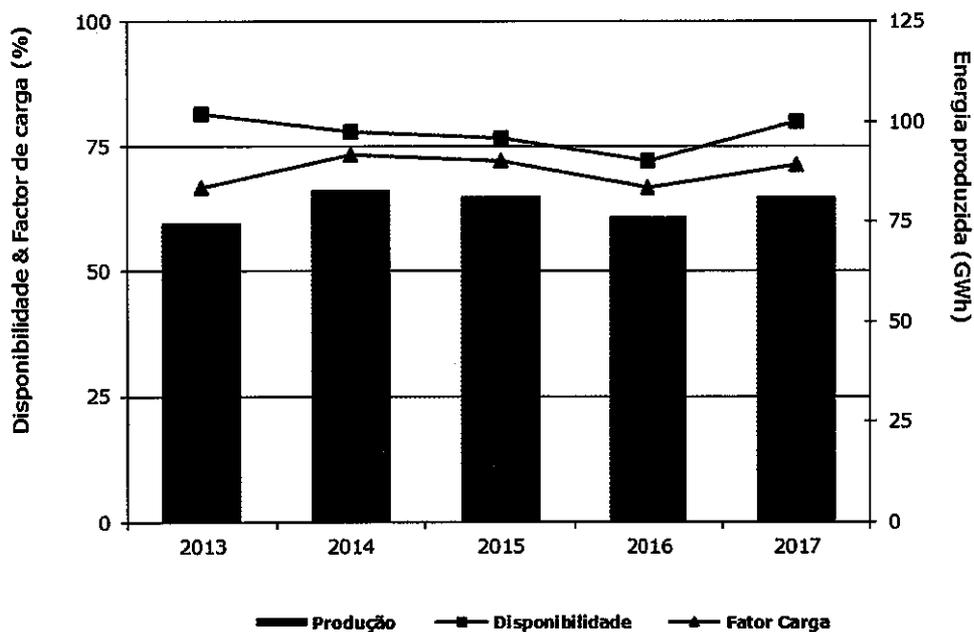


Handwritten notes and signatures:
 Cell.
 Rth.
 Dst
 JAC

De um modo mais detalhado, os principais indicadores de produção da Central Geotérmica da Ribeira Grande e a evolução da produção anual da central, desde o ano 2013, são os seguintes:

Indicadores de produção da Central Geotérmica da Ribeira Grande				
Parâmetro	Un.	2016		2017
		Realizado	Previsto	Realizado
Produção	GWh	76,3	83,2	81,4
Potência Média	MW	9,7	9,5	9,3
Disponibilidade	%	72,1	79,9	80,1
Fator de carga ⁽¹⁾	%	66,9	73,1	71,4

(1) Quando comparada com a potência contratada.



No âmbito das atividades de manutenção programada, foram executadas as revisões dos grupos geradores e sistemas auxiliares, conforme previsto no Plano de Manutenção de 2017.

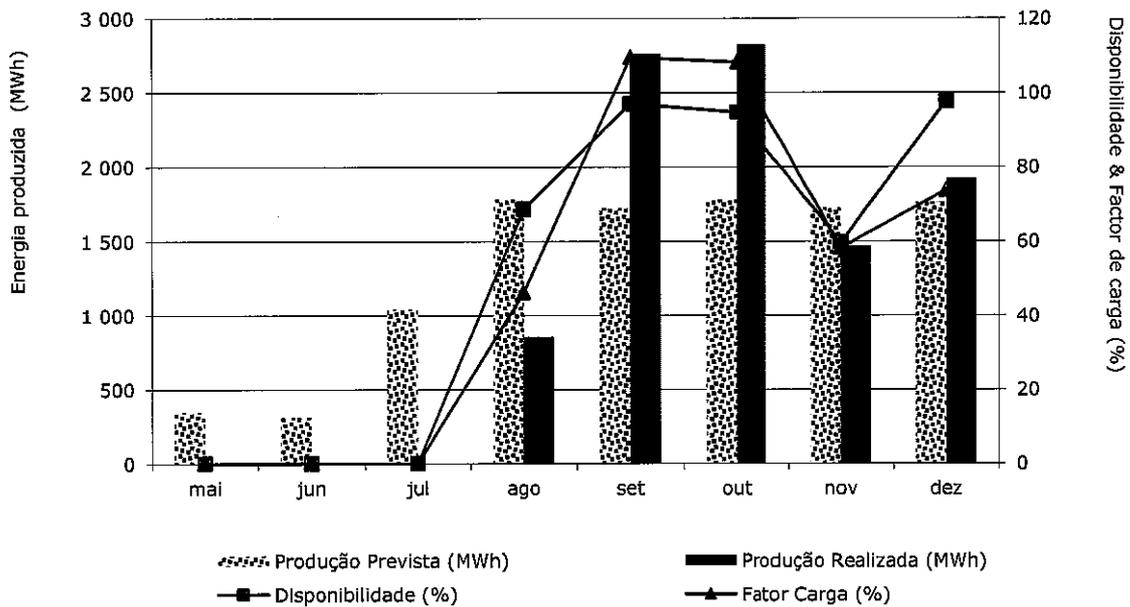
Durante o ano de 2017 continuou a verificar-se um grande número de solicitações e de

[Handwritten signatures and initials]

afluência de visitantes à Central Geotérmica da Ribeira Grande, particularmente ao nível de várias escolas da ilha de São Miguel, o que continua a demonstrar o grande interesse pelo conhecimento do aproveitamento de energia geotérmica nos Açores.

Central Geotérmica do Pico Alto

A Central Geotérmica do Pico Alto entrou em ensaios experimentais em agosto de 2017, passando a exploração industrial a partir de outubro do mesmo ano, tendo produzido um total de 9,8 GWh até ao final do corrente ano, apresentando a disponibilidade de 84,6% e o fator de carga de 81,2%.



Assim, de um modo mais detalhado, os principais indicadores de produção da Central Geotérmica do Pico Alto previstos e realizados nos primeiros meses de exploração são os seguintes:


 C.M.T.

 D.S.T.


Indicadores de produção da Central Geotérmica do Pico Alto

Parâmetro	Un.	2017	
		Previsto	Realizado
Produção	GWh	10,5	9,8
Potência Média	MW	2,2	2,8
Disponibilidade	%	82,7	84,6
Fator de carga ⁽¹⁾	%	50,8	81,2

(1) Quando comparada com a potência contratada.

Exploração de Recursos Geotérmicos

Na Central Geotérmica da Ribeira Grande mantiveram-se ao serviço, os poços geotérmicos de produção CL1, CL5, CL6 e CL7 e os poços de injeção CL4 e CL4-A. A condição mecânica do revestimento de produção de 9-5/8" do poço geotérmico CL2 inviabiliza, à presente data, a sua exploração. A produtividade elevada dos poços geotérmicos que alimentam a Central Geotérmica do Pico Vermelho, permite a implementação um regime de exploração muito flexível sendo possível saturar permanentemente toda a potência instalada, operando apenas com os poços geotérmicos de produção PV4, PV7 e PV8. O poço geotérmico PV3 foi colocado em funcionamento a partir de fevereiro, num regime de abertura pequeno (15%), beneficiando o regime de produção da Central. A injeção do efluente da central é realizada nos poços geotérmicos PV9, PV10 e PV11. Na Central Geotérmica do Pico Alto foram colocados ao serviço os poços geotérmicos de produção PA2, PA3 e PA4 e o poço de injeção PA8.

No âmbito da monitorização da exploração do recurso geotérmico mantém-se o acompanhamento da produção dos poços geotérmicos, através da medição e análise dos parâmetros físicos da exploração, assim como das propriedades geoquímicas do fluido geotérmico. Os poços geotérmicos de produção demonstraram uma produtividade estável ao longo do ano, mantendo-se a aplicação do inibidor químico de precipitação de calcite no seu interior, evitando a deposição de incrustações de carbonato de cálcio (calcite).

A formação de calcite no interior do poço geotérmico PV8, a uma taxa superior à dos restantes poços, tem levado a que, em adição à inibição química, se proceda, quando necessário, à limpeza mecânica destes depósitos com recurso à sonda de perfuração da EDA RENOVÁVEIS. Assim, em 4 de março decorreu um trabalho inovador no seio da empresa, que consistiu em proceder a essa limpeza, mas numa condição dinâmica, trazendo consideráveis vantagens relativamente à integridade mecânica do revestimento em aço do poço. Com esta metodologia

Handwritten signatures and initials:
JK
Cell.
P.F.
J.S.
A.Z.

também se minimiza o potencial de arrefecimento do reservatório geotérmico, na área de interferência do poço.

Na vertente ambiental continuou a ser efetuado a análise dos parâmetros físico-químicos dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos no campo geotérmico da Ribeira Grande, evidenciando a ausência de impactes em resultado da exploração de recursos geotérmicos no meio envolvente. O programa de monitorização sismovulcânica desenvolvido pelo Centro de Vulcanologia e Avaliação de Riscos Geológicos da Universidade dos Açores mantém-se em curso desde 2002, apontando para uma estabilidade do sistema geotérmico.

No Campo Geotérmico do Pico Alto foi implementado um plano de monitorização da exploração semelhante ao do Campo Geotérmico da Ribeira Grande, diferindo na periodicidade do acompanhamento devido à necessidade de caracterização detalhada dos poços geotérmicos, atualmente sujeitos a um esforço extrativo não comparável ao dos seus ensaios de produtividade, sendo que, à medida que o comportamento dos poços for caracterizado e conhecido, a periodicidade será ajustada em conformidade.

Relativamente à monitorização ambiental da exploração do Campo Geotérmico do Pico Alto encontram-se implementados planos de monitorização dos seguintes descritores: ecologia, recursos hídricos, solos, sismo-vulcânico, qualidade do ar e ambiente acústico. Até à data não foram identificados impactes ambientais imputáveis à exploração da Central Geotérmica do Pico Alto.

Campo de Desgaseificação nas Caldeiras da Ribeira Grande

No âmbito do acompanhamento do campo de desgaseificação das Caldeiras da Ribeira Grande, em 2017 foi mantido o programa de monitorização sismovulcânica, conduzido pelo CIVISA, nos terrenos envolventes ao Lugar das Caldeiras. Os resultados confirmaram a tendência, verificada nos anos anteriores, de estabilização da área global do campo fumarólico e da intensidade das anomalias.

No mesmo âmbito, foi mantida a vigilância contínua da qualidade do ar no interior dos edifícios que constituem o Lugar das Caldeiras, também conduzida pelo CIVISA, através da rede que se encontra em operação desde 2012. Esta vigilância tem garantido a proteção dos moradores e dos utilizadores dos espaços públicos.

[Handwritten signatures and initials]

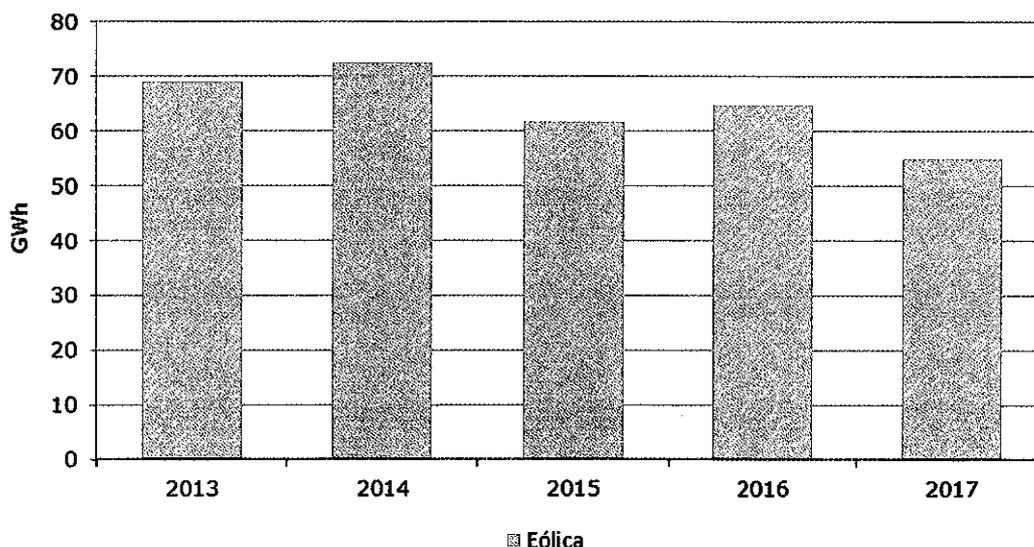
Relativamente às medidas compensatórias tomadas em 2017, em abril foi efetuada a compensação, aos proprietários dos edifícios do Lugar das Caldeiras, dos custos de eletricidade referentes à operação dos equipamentos de vigilância e sistemas de ventilação, abrangendo o período de janeiro a dezembro de 2016; e, em novembro, foram indemnizados os prejuízos de exploração aos rendeiros dos terrenos afetados pela anomalia térmica, causados pela perda de produtividade agropecuária durante o último ano agrícola (entre novembro de 2016 e outubro de 2017).

Exploração de Parques Eólicos

A produção anual de energia elétrica de origem eólica atingiu os 55,0 GWh, correspondendo a um decréscimo de 15,3% relativamente ao ano anterior (64,9 GWh). Este decréscimo deve-se a uma diminuição do recurso eólico disponível ao longo do ano.

Produção de energia eólica (GWh)

	2013	2014	2015	2016	2017	Var.% 2017/16
Eólica	68,9	72,4	61,7	64,9	55,0	-15,3



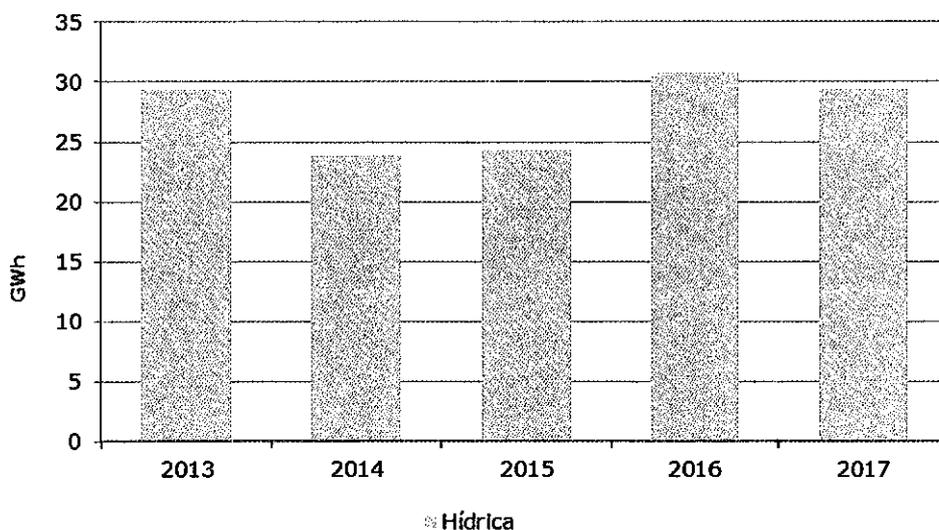
Handwritten notes:
 d
 Calc.
 H.
 DSA
 JZ

Exploração de Centrais Hidroelétricas

O ano de 2017 foi propício para uma normal produção de energia hidroelétrica, caracterizado por uma precipitação regular e em linha com a média histórica. A produção do ano ascendeu assim a 29,4 GWh, correspondendo a um decréscimo de 4,3% relativamente ao ano anterior (30,7 GWh). Esta produção reflete ainda as indisponibilidades de produção registadas nas centrais da ilha Terceira e do Faial.

Produção de energia hídrica (GWh)

	2013	2014	2015	2016	2017	Var.% 2017/16
Hídrica	29,4	23,8	24,3	30,7	29,4	-4,3

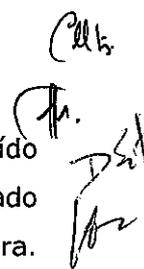


Outras Atividades

Em 2017, ao nível das atividades de pesquisa e captação de água subterrânea, a EDA RENOVÁVEIS executou 2 furos piezométricos (PZ1 e PZ2) com vista à monitorização do nível da água subterrânea e eventual captação de água (PZ1).


INVESTIMENTO

Em 2017, o investimento realizado, a custos técnicos foi de 3,4 milhões de euros, distribuído pelos projetos de investimento apresentados na Tabela 8. O volume de investimento realizado resulta em especial da construção da Central geotérmica do Pico Alto, na ilha Terceira. Relativamente aos investimentos nas áreas hidroelétrica e fotovoltaicas foram desenvolvidos os estudos e conduzidos os processos de licenciamento necessários à sua concretização sem impacto nos valores de investimento do ano.


Investimento realizado em 2017 (10³ euros)

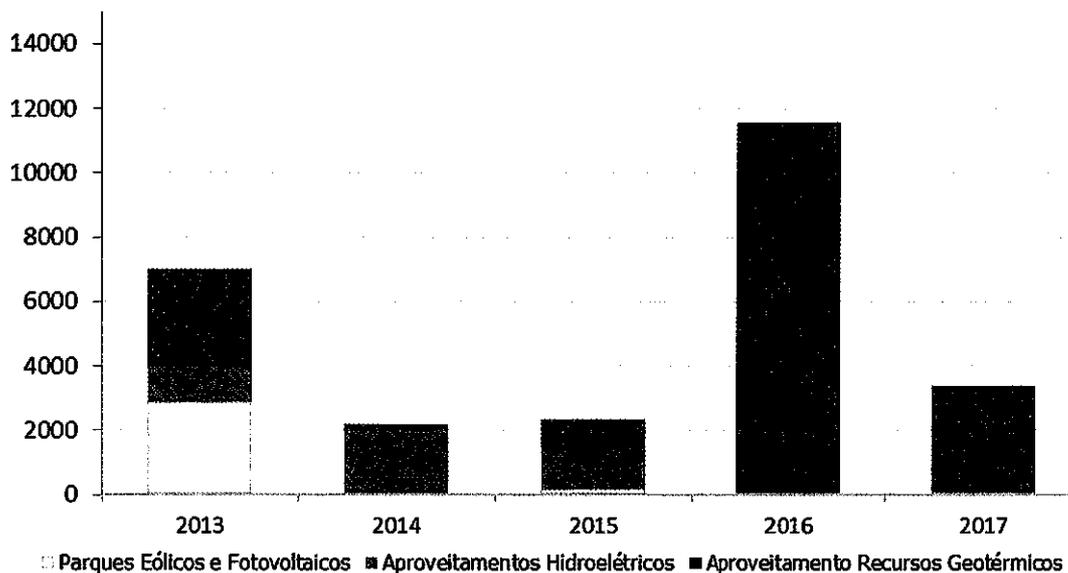
Investimento (Custos Técnicos)	3 393
Aproveitamento Recursos Geotérmicos	3 261
Construção da Central Geotérmica do Pico Alto	3 168
Execução de poços geotérmicos no Sector Pico Vermelho	18
Execução de poços geotérmicos no Sector Cachaços Lombadas	23
Execução de poços de produção e injeção no Campo Geotérmico do Pico Alto	38
Poços de avaliação no Campo Geotérmico do Pico Alto	13
Aproveitamentos Hidroelétricos	90
Aproveitamento Hidroelétrico da Ribeira Grande	46
Substituição de condutas das centrais hídricas da ilha Terceira	45
Aproveitamentos Eólicos e Fotovoltaicos	42
Parque Fotovoltaico de Santa Maria	42

Investimento a custos técnicos de 2013 a 2017 (10³ euros)

	2013	2014	2015	2016	2017
Parques Eólicos e Fotovoltaicos	2 855	0	149	16	42
Aproveitamentos Hidroelétricos	1 137	2 012	1 318	63	90
Aproveitamento Recursos Geotérmicos	3 027	180	877	11 513	3 261
Total	7 019	2 192	2 344	11 592	3 393

[Handwritten signature]

*CMh.
[Handwritten initials]
[Handwritten initials]*



Investimento a custos técnicos (10³euros)

A EDA RENOVÁVEIS integra a estratégia de promoção da EDA de melhoria da taxa de penetração de energia renovável na Região a par de uma correta integração com os restantes meios de produção existentes nas diferentes ilhas.

Projetos de Expansão da Capacidade de Geração

No seguimento da configuração dos novos projetos de investimento a realizar no campo geotérmico da Ribeira Grande, em 2017 obteve-se o parecer condicionalmente favorável ao RECAPE dos poços geotérmicos PV12, PV13 e PV14, com vista a fornecer fluido geotérmico à Central Geotérmica do Pico Vermelho, permitindo a sua expansão em mais 5 MW. Durante o ano, continuou a desenvolver-se as atividades preparatórias com vista à execução destes poços, assim como os poços CL8, CL9 e CL10 em Cachaços-Lombadas e dos poços geotérmicos PA5, PA6 e PA7 no Campo Geotérmico do Pico Alto.

Projeto Geotérmico da Terceira

O ano de 2017 ficou marcado pela conclusão da obra de construção da Central Geotérmica do Pico Alto de 3,5 MW, de tecnologia binária, que consistiu:

- Construção Civil da Central Geotérmica do Pico Alto:

A receção provisória ocorreu a 20 de dezembro de 2016. Durante o ano de 2017 foram desenvolvidas atividades por parte do empreiteiro, para resolução de algumas anomalias detetadas e devidamente registadas na lista de pendentes anexa ao auto de receção provisória, estando estas em fase de conclusão.

- Linha de Injeção e Equipamentos Auxiliares:

A receção provisória ocorreu a 03 de janeiro de 2017, ainda durante esse ano foram desenvolvidas atividades por parte do empreiteiro, para resolução de algumas anomalias detetadas e devidamente registadas na lista de pendentes anexa ao auto de receção provisória, estando estas concluídas.

- Subestação de 30 kV da Central do Pico Alto:

A receção provisória ocorreu a 04 de novembro de 2016. Durante o ano de 2017 foram desenvolvidas atividades por parte do empreiteiro, para resolução de algumas anomalias detetadas e devidamente registadas na lista de pendentes anexa ao auto de receção provisória, estando estas em fase de conclusão.

- Aquisição de um Transformador de Potência 31,5/11 kV, 5,5 MVA e um Transformador de Serviço:

Os transformadores de potência e de serviço encontram-se instalados e em exploração.

- Construção da Central Geotérmica do Pico Alto de 3,0 a 3,5 MW:

A fase de comissionamento e arranque da instalação ocorreu durante os meses de julho e agosto de 2017. O primeiro sincronismo do alternador com a rede de distribuição de energia da ilha Terceira teve lugar a 10 de agosto. O período de serviço experimental, com a duração de 30 dias, decorreu entre 28 de agosto e 27 de setembro. Durante o serviço experimental decorreram os ensaios para verificação dos valores garantidos contratuais nos dias 20 e 21 de setembro.

A Central Geotérmica do Pico Alto terminou o período de serviço experimental a 27 de setembro, tendo-se realizado uma vistoria da obra para efeitos da receção provisória,



elaborando-se uma lista de pendentas com anomalias e necessidades de reparação pelo empreiteiro, as quais encontram-se ainda em resolução. A receção provisória foi a 3 de outubro e a inauguração ocorreu a 20 de novembro. A Central desde da data de conclusão do período de serviço experimental entrou em operação regular, com a contribuição dos poços de produção PA2, PA3 e PA4, enquanto o poço de reinjeção PA8 recebe todo o condensado que sai dos permutadores de calor.

O RECAPE - Relatório de Conformidade Ambiental do Projeto de Execução da Construção e Operação da Central Geotérmica do Pico Alto, entregue em dezembro de 2015, foi aprovado no primeiro semestre de 2017.

Construção de Parques Fotovoltaicos nas Ilhas de S. Maria e Corvo

Durante o ano de 2017 foram efetuados os levantamentos topográficos, pesquisas técnicas, projetos, cadernos de encargos e as aquisições de terrenos para implementação dos parques fotovoltaicos nas ilhas de Sta. Maria e Corvo.

Relativamente a Santa Maria, no último trimestre decorreu o concurso público para o fornecimento de painéis solares fotovoltaicos, inversores, cabos e estruturas de suporte para o projeto, consultas para a realização dos trabalhos de construção civil e os projetos para os equipamentos de média tensão de interligação com a rede.

Relativamente à ilha do Corvo foram adquiridos os terrenos, na zona do Pão de Açúcar, anexos aos terrenos da Câmara Municipal da Vila do Corvo, para instalação do parque fotovoltaico tendo-se avançado igualmente com os estudos e projetos necessários.

Substituição das Conduitas das Centrais hídricas da Ilha Terceira

A adjudicação para a empreitada de Substituição Integral das Conduitas das Centrais Hídricas da Ilha Terceira foi adjudicada no mês de junho tendo a consignação ocorrido em setembro. Esta obra de investimento tem um período de execução de 14 meses.

RECURSOS HUMANOS

O número total de trabalhadores ao serviço na EDA Renováveis, S.A, no final de 2017, correspondeu a 63, dos quais 10 trabalhadores são cedidos pela EDA, S.A..

No início de 2017, foram recrutados 14 trabalhadores, 7 operadores, 3 eletricistas, 3 mecânicos e 1 engenheiro para assegurar a operação e manutenção da Central Geotérmica do Pico Alto, que entrou serviço em agosto de 2017. Durante o período inicial os trabalhadores frequentaram formação para garantir a habilitação adequada ao processo e à tecnologia da central.

No âmbito da valorização dos recursos humanos, através da formação profissional, foram desenvolvidas as ações de formação dos quadros superiores e das equipas de operação e manutenção, conforme se descreve seguidamente:

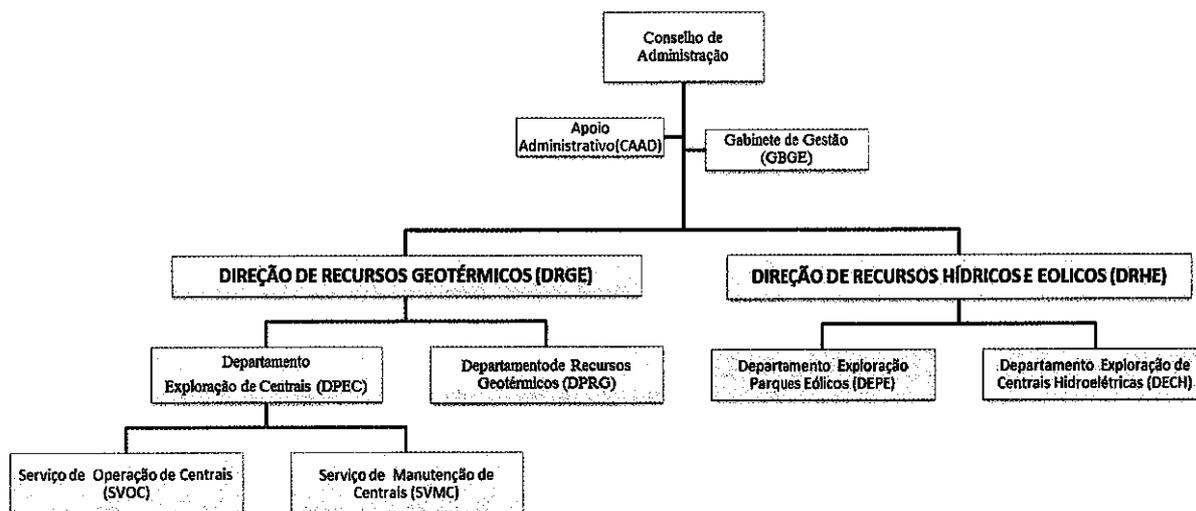
- Ação de formação profissional para técnicos de centrais geotérmicas, ministrada pela Universidade da EDP, entre 23 de janeiro e 10 de maio, sendo dirigida às equipas de operação e de manutenção da Central Geotérmica do Pico Alto.
- Curso de curta duração sobre tecnologia de perfuração em ambiente geotérmico para sondadores, dirigida à equipa de quadros superiores e técnicos da DRGE. Esta formação foi ministrada pela Universidade das Nações Unidas da Islândia, entre 27 de fevereiro e 10 de março de 2017, na Central Geotérmica do Pico Vermelho.
- Formação em EPI's e HST dirigida às equipas de operação e de manutenção da Central Geotérmica do Pico Alto. Esta formação ocorreu em março e foi ministrada pela EDA.
- Formação de Primeiros Socorros, com a duração de dois dias (em março na ilha Terceira e em maio em São Miguel), da responsabilidade da NORMA-Açores. Esta formação foi dirigida a todos os funcionários da direção de recursos geotérmicos.
- Ação de formação profissional "Distribuir a Comunicação com Eficácia" para os técnicos de operação e manutenção da Central Geotérmica do Pico Alto. A formação foi lecionada pela empresa Outcome, tendo ocorrido em maio, com a duração de dois dias.
- Ação de formação / refrescamento de trabalhos e resgate em altura ministrada aos técnicos que trabalham nos aerogeradores, que decorreu em outubro no Parque Eólico do Salão, na ilha do Faial.

[Handwritten signature]

- Ações de formação em utilização e inspeção de equipamentos de proteção individual e coletiva, instalados nos aerogeradores nas ilhas de São Miguel e Terceira.

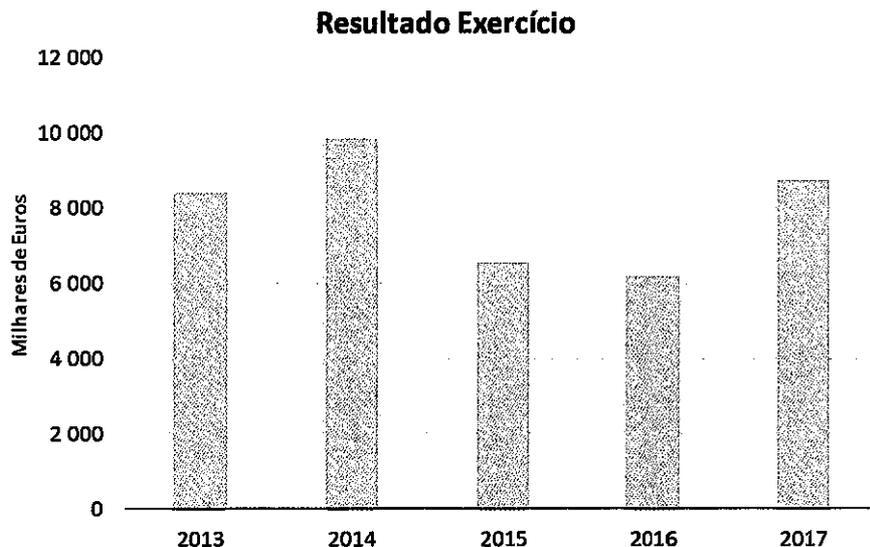
[Handwritten notes: C.M., P.F., D.S., J.A.]

A organização da empresa assenta na seguinte estrutura:



sh
INFORMAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA
Resultados

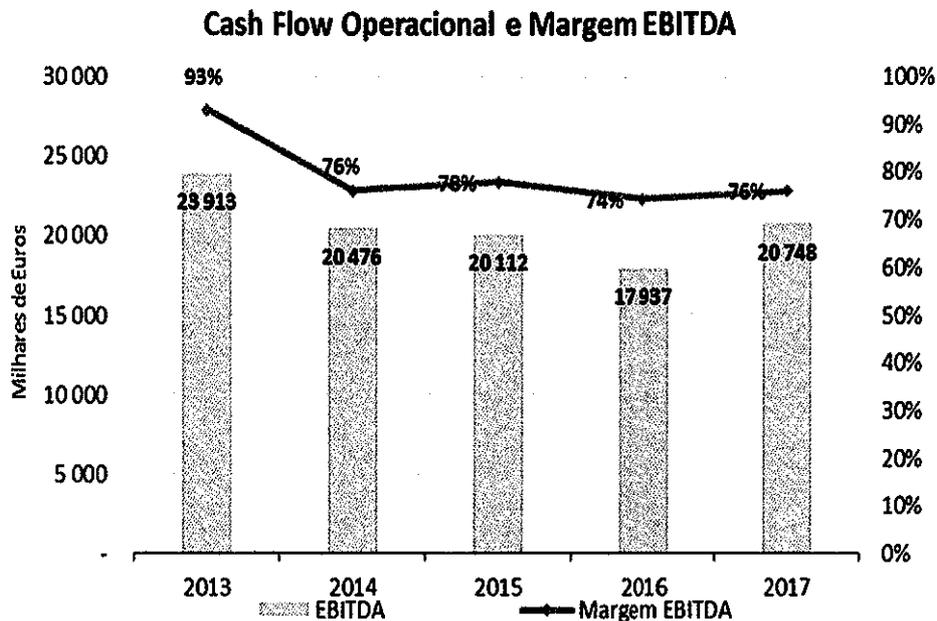
O Resultado Líquido do Período de 2017, face a 2016, apresentou uma variação de 40%, equivalente a aproximadamente 2 508 mil euros.

Publ.
At.
Est.
R.


Os Resultados Operacionais (EBIT), fixaram-se em 6 487 mil euros, menos 1 497 mil euros que o período homólogo. Os Rendimentos Operacionais ascenderam a 29 969 mil euros, apresentando uma variação de +10% relativamente ao valor verificado em 2016, que totalizou 27 334 mil euros. Os Gastos Operacionais, atingiram os 23 483 mil euros, o que significa uma variação de +21,4% face ao ano anterior. A diminuição do EBIT traduz o acréscimo de 21,4% dos Gastos Operacionais, sobretudo, ao nível das imparidades de investimentos, apesar de haver um acréscimo de 13,2% no volume de negócios da EDA Renováveis.

O EBITDA (Resultado Antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos) em 2017 apresenta um aumento de 4% face a 2016, tendo o seu valor ascendido a 20 748 mil euros.

A Margem EBITDA (EBITDA/Vendas e Serviços Prestados), diminuiu para 76%, em 2017 (em 2016 foi 83%), uma vez que o acréscimo do EBITDA, 4%, não suportou o acréscimo do volume de negócios.

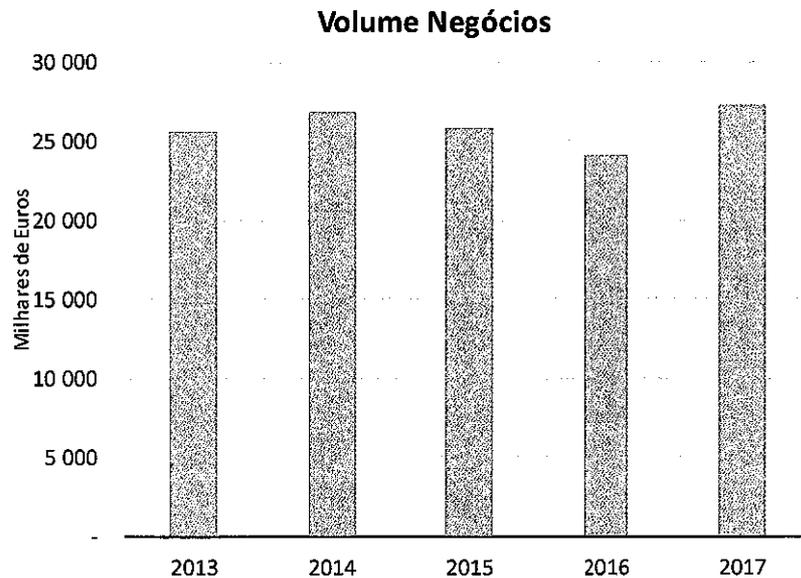


sh
Plus.
Ph.
2017
Jan

Rendimentos e Gastos

No ano em análise, o Volume de Negócios, atingiu o montante de 27 299 mil euros, representando as vendas de energia elétrica 27 295 mil euros. A energia vendida pela EDA Renováveis é produzida a partir de fonte geotérmica, eólica e hídrica, tendo as vendas atingido, respetivamente, 18 953 mil euros, 5 401 mil euros e 2 941 mil euros.

Em 2017, a produção de energia geotérmica foi de 193 007 MWh, o que representa um acréscimo, face a 2016, de 26,6%. O acréscimo de produção da geotermia deveu-se à entrada em exploração, em agosto, da central geotérmica do Pico Alto, na ilha Terceira. Acresce o facto de que, no ano anterior, a produção da Central Geotérmica do Pico Vermelho foi limitada por uma avaria que afetou o transformador de potência, bem como pela manutenção geral efetuada nas turbinas. A produção hídrica foi de 29 383 MWh e a produção eólica de 54 995 MWh, representando uma diminuição de 4,4% e 15,3%, respetivamente, face ao ano anterior.



[Handwritten signatures and initials]

Os Trabalhos para a Própria Entidade sofreram uma diminuição de 31% face ao período homólogo, fixando-se nos 335 mil euros. A evolução desta rubrica está relacionada com o facto de o investimento efetuado no ano em análise ter decrescido significativamente relativamente ao ano anterior.

A rubrica de Outros Rendimentos refere-se, sobretudo, ao reconhecimento dos subsídios ao investimento não reembolsáveis, repartidos por 1 678 mil euros à produção geotérmica e 269 mil euros à produção eólica e hídrica.

Os Gastos operacionais registaram um acréscimo de 21,4%, fortemente influenciado pelas necessidades de gastos decorrentes do acréscimo da atividade da empresa e da rubrica de Amortizações, Depreciações e Imparidades de investimentos.

(euro)

Gastos	2016		2017		Var. 2017/16		2017 Exec/Prev	
	Executado	Previsto	Executado	Estr.				
Custo das Mercadorias Vendidas	247 852	324 991	275 013	1%	27 161	11,0%	-49 978	-15,4%
Fornecimentos e Serviços Externos	4 117 730	5 277 289	4 939 028	21%	821 298	19,9%	-338 261	-6,4%
Gastos com o Pessoal	1 129 662	1 746 388	1 536 558	7%	406 896	36,0%	-209 830	-12,0%
Amortizações, Depreciações e Imparidades	11 911 563	9 992 278	14 260 990	61%	2 349 426	19,7%	4 268 712	42,7%
Outros Gastos e Perdas	1 942 218	2 391 730	2 471 073	11%	528 855	27,2%	79 343	3,3%
Gastos Operacionais	19 349 026	19 732 676	23 482 662	100%	4 133 636	21,4%	3 749 986	19,0%
Resultado Líquido	6 192 644	10 201 616	8 700 334		2 507 690	40,5%	-1 501 282	-14,7%

Os Gastos de Depreciação e de Amortização, no montante de 10 356 mil euros e as Imparidades de Investimentos no valor de 3 905 mil euros representam, no seu conjunto 61% dos Gastos Operacionais.

De acordo com os estudos e pareceres técnicos internos e de especialistas de referência no setor o Campo Geotérmico do Pico Alto, na Ilha Terceira foi identificado como uma área geral de interesse comercial para efeitos de produção de energia elétrica. O investimento efetuado, financiado a fundo perdido pelo Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu 2009-2014 e pelo European Economic Area Grants, no valor de 8.008.804 euros, foi de 40.301.698 euros.

Este investimento é anualmente sujeito a testes de imparidade, uma vez que se adotou o critério contabilístico de capitalização dos gastos com a pesquisa e o exercício efetuado em 2017, determinou um valor de uso dos ativos de 10.481.415 euros e, conseqüentemente um reforço da imparidade já constituída no valor de 17.906.943 euros, de 3.904.536 euros.

Considerando a possibilidade de declínio de produtividade, foi previsto uma nova campanha de perfuração de 2/3 poços geotérmicos, direcionais até uma profundidade máxima de cerca de 2.000 metros, em 2018 e 2019, no montante estimado de 11 milhões de euros.

Numa primeira fase, tendo em consideração o risco elevado de diminuição do fluido geotérmico, optou-se pela construção de uma central geotérmica de 3,5 MW, que entrou em exploração setembro deste ano. Esta central suportará a expansão da capacidade produtiva até 10 MW, num investimento previsto de 13 milhões de euros.



O cálculo do valor de uso dos ativos assentou na atualização dos fluxos de caixa futuros estimados, tendo por base os pressupostos de investimento atrás referenciados para reforço da produtividade do campo geotérmico e de expansão da central, uma vida útil de 20 anos, um custo médio ponderado do capital (WACC) de 7,35%, que comparativamente ao ano anterior incorpora as alterações de comportamento dos mercados financeiros, e uma revisão em baixa da produção prevista no Plano Plurianual e Orçamento para 2018, para cerca de 80% da capacidade instalada, bem como a análise de sensibilidade de +/- 10% dos fluxos de caixa e um ponto percentual da WACC.



Os Fornecimentos e Serviços Externos registaram 4 939 mil euros, mais 821 mil euros que no ano anterior. O acréscimo ocorre, fundamentalmente, nas rubricas de conservação e reparação e trabalhos especializados. Em conjunto, este tipo de gastos representam um acréscimo de custos de 724 mil euros.

As rubricas de Conservação e Reparação, Trabalhos Especializados, Subcontratos e Seguros são as que representam a maior parcela de Fornecimentos e Serviços Externos. A rubrica de Conservação e Reparação refere-se essencialmente a gastos com a aquisição de material a incorporar na conservação do equipamento produtivo da empresa. Os Trabalhos Especializados incluem os serviços de informática, os honorários para a revisão legal das contas e auditoria e serviços contratados de apoio às áreas administrativas. Os valores registados em Seguros são referentes a contratos de Seguros para os trabalhos de exploração de recursos geotérmicos e parques eólicos. Os gastos com Subcontratos dizem respeito essencialmente à cedência de pessoal da Eletricidade dos Açores, S.A. à empresa.

Já os Gastos com comunicações, deslocações, ajudas de custo, estadas, e alugueres de viaturas ascendeu a 241,2 mil euros, mais 1,3% do que o valor ocorrido em 2016, em resultado de maior necessidade de acompanhamento do investimento em curso, nomeadamente na Central Geotérmica do Pico Alto.

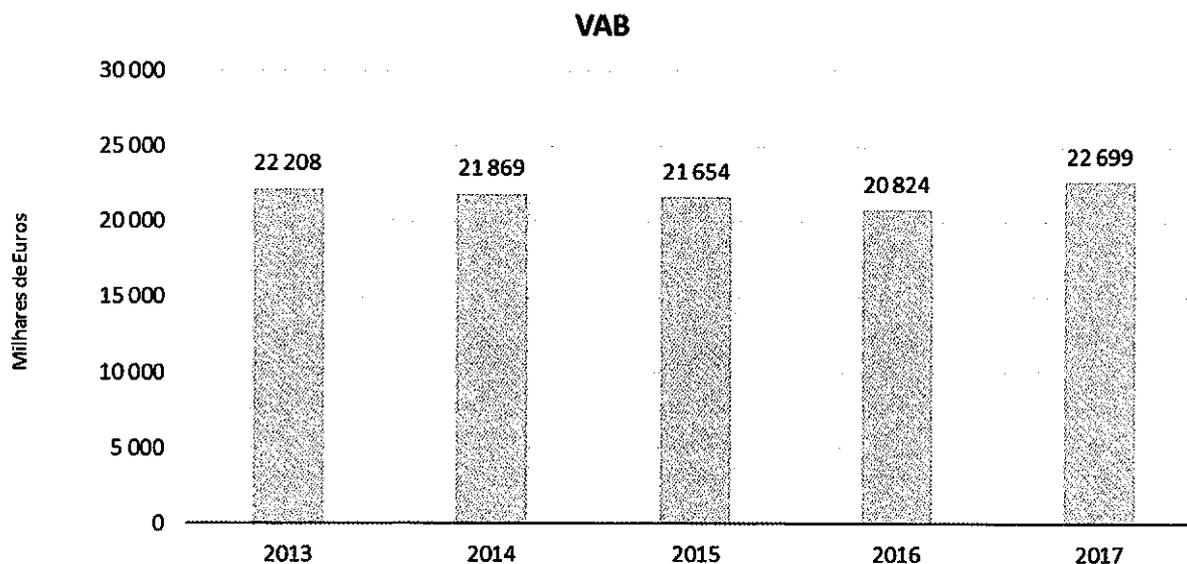
Os Outros Gastos apresentam o montante de 2 471 mil euros, o que reflete um aumento de 27% relativamente a 2016. A rubrica Impostos e Taxas, com o valor de 2 398 mil euros, foi a que mais impacto teve nesta variação, com um acréscimo de 28%. Em 2016, esta mesma rubrica ascendia a 1 871 mil euros. Os montantes aqui registados dizem respeito, essencialmente, à taxa de compensação financeira (12,5% e 10% das vendas de energia geotérmica em São Miguel e Terceira, respetivamente) a pagar à Região Autónoma dos

Açores, pela exploração dos recursos geotérmicos. O seu aumento reflete a evolução das vendas de energia geotérmica.

Os Gastos com o Pessoal registaram um aumento de 36%, em relação a 2016, totalizando 1 537 mil euros. Este acréscimo resulta essencialmente, do fato de no início do ano terem sido recrutados 14 trabalhadores para assegurar a operação e manutenção da Central Geotérmica do Pico Alto. Em dezembro de 2017, a EDA Renováveis contava com 53 trabalhadores.

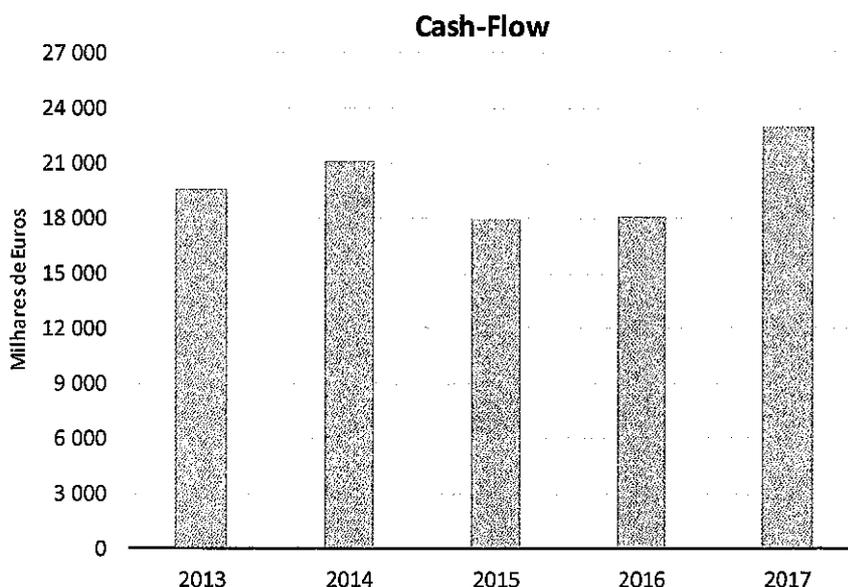
Valor Acrescentado Bruto e Cash-Flow

No presente exercício, o Valor Acrescentado Bruto calculado para a EDA Renováveis é de aproximadamente 22 692 mil euros, superior ao verificado em 2016 em 1 868 mil euros.



O VAB por trabalhador, considerando também os 10 trabalhadores da EDA, S.A. ao serviço da EDA Renováveis, em regime de cedência, é de 360 mil euros, superior em 2% ao montante apresentado no ano anterior.

O Cash-Flow líquido gerado no exercício de 2017, no valor de 22 961 mil euros, sofreu um aumento relativamente ao valor registado em 2016, na ordem dos 4.857 mil euros.



Handwritten notes and signatures:
 [Signature]
 P.H.
 [Signature]
 [Signature]
 [Signature]

Situação Patrimonial

No final de 2017, o Balanço da EDA Renováveis apresenta um Ativo Líquido Total de 123 224 mil euros. No ano anterior, o Ativo Total era de 122 206 mil euros.

O valor do ativo fixo tangível atinge 73 099 mil euros, menos 10 719 mil euros que no ano anterior. Tal evolução resulta, sobretudo, do efeito combinado do investimento do ano, do qual se salienta o campo geotérmico do Pico Alto, e das amortizações e imparidades do exercício.

No âmbito do ativo não corrente, salienta-se ainda o acréscimo dos ativos por impostos diferidos no valor de 4 667 mil euros.

Relativamente ao ativo corrente salienta-se o montante relativo à cedência de fundos excedentes de tesouraria no valor de 37 720 mil euros em 2017 à Electricidade dos Açores, S.A., e que apresenta um aumento no valor de 7 160 mil euros, relativamente a 2016. A cedência de fundos à Electricidade dos Açores, S.A., remunerada à taxa anual de 0,18%, sem período de vencimento previsto, está classificada em ativo corrente porque as condições da sua atribuição são periodicamente revistas.

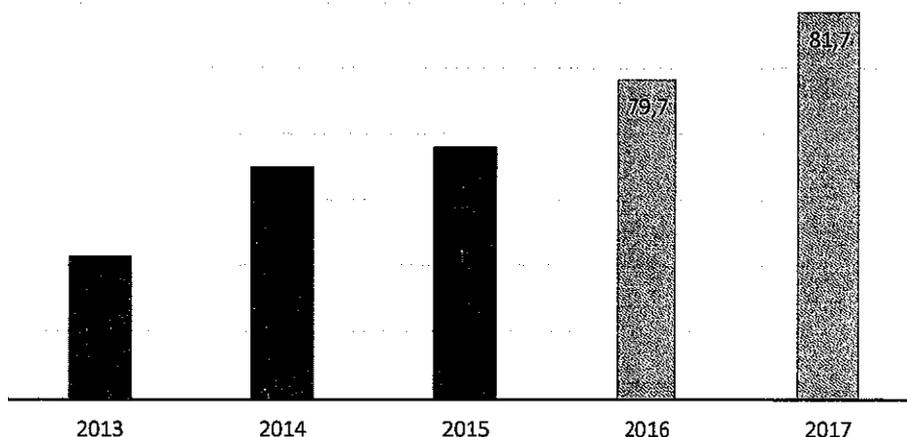
O Passivo Total regista o valor de 22 514 mil euros, menos 10% que o valor de 2016. Em termos de estrutura do passivo, destacam-se os financiamentos obtidos que, no total,

atingem o valor de 9 271 mil euros, tendo diminuído 20% relativamente ao ano transato. Os financiamentos a médio e longo prazo representam 74% do total, ou seja, 6 895 mil euros, enquanto que os de curto prazo atingem os 2 376 mil euros. Realça-se ainda as provisões reconhecidas para gastos de desmantelamento a incorrer no final do período de exploração dos aproveitamentos eólicos e que representam 14% do passivo total.

de
cells.
Ph.
Dad
Jan

Os Capitais Próprios da EDA Renováveis atingiram, neste exercício, os 100 709 mil euros, dos quais 8 700 mil euros correspondem ao resultado líquido do exercício.

Autonomia Financeira (%)

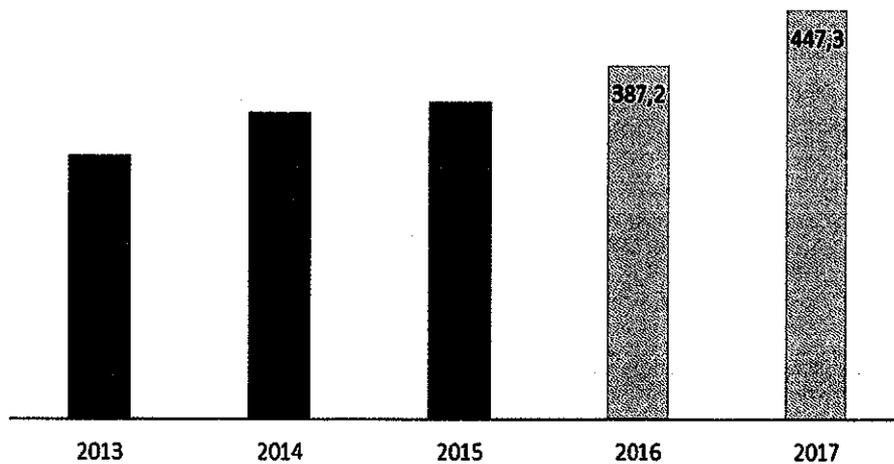


Em termos de Autonomia Financeira (Capital Próprio/Total Ativo) regista-se uma melhoria, atingindo este rácio os 81,7%, explicado pelo aumento do Capital Próprio.

Relativamente ao indicador da Solvabilidade (Capital Próprio/Capital Alheio), verifica-se uma evolução positiva, comparativamente a 2016, subindo de 387,2% para 447,3%. Esta subida deveu-se, principalmente, ao facto de se ter observado uma descida do capital alheio (10%) e um aumento do capital próprio (3,7%).

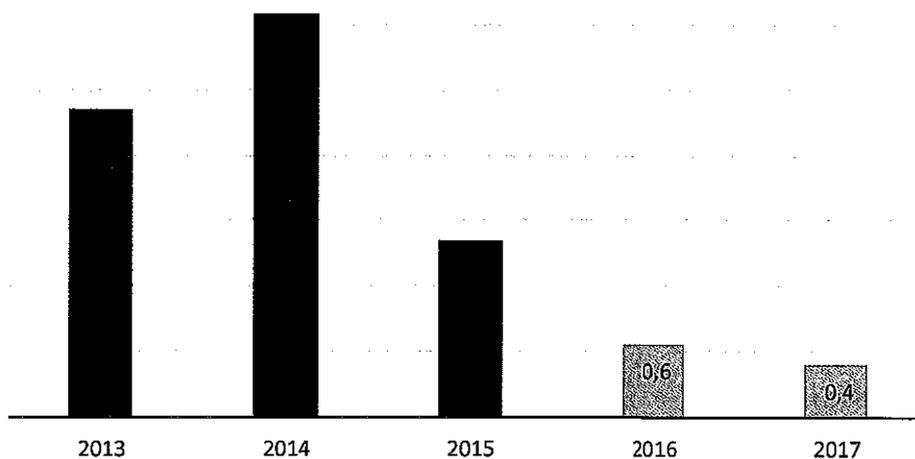
de
Alh.
At.
2017
for

Solvabilidade (%)



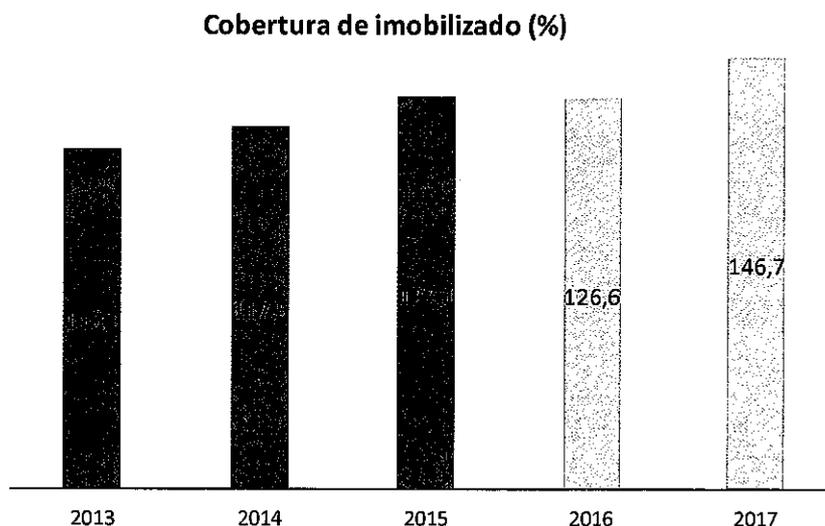
Os Encargos Financeiros associados aos financiamentos obtidos no valor de 112 mil euros representam, em 2017, 0,4% do Volume de Negócios.

Enc. Finc./Vendas e Prest. serv. (%)



A Cobertura do Imobilizado (Capitais Permanentes/Ativo Fixo) em 2017 é de 146,7%, o que significa que o Ativo Fixo é financiado na sua totalidade por capitais permanentes da empresa.

Handwritten notes:
 [Signature]
 [Signature]
 [Signature]
 [Signature]



AÇÕES PRÓPRIAS

Em 31 dezembro de 2017 a empresa não detinha ações próprias.

NEGÓCIOS ENTRE A SOCIEDADE E OS SEUS ADMINISTRADORES

Não existem quaisquer situações previstas no artigo 397.º do CSC.

SUCURSAIS DA SOCIEDADE

A empresa não tem quaisquer sucursais.

FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Não existem situações, entre a data de encerramento e a presente data que mereçam destaque especial e que tenham afetado a situação patrimonial da empresa.

PERSPETIVAS

Para o ano de 2018, a EDA RENOVAVEIS estima que a produção de energia elétrica com origem em recursos energéticos endógenos seja de 304,6 GWh, sendo a produção de energia elétrica a partir da fonte geotérmica responsável por 207,9 GWh e a produção de energia elétrica de origem hídrica e eólica por 29,4 GWh e 67,3 GWh, respetivamente.

Durante o ano de 2018 serão desenvolvidos importantes projetos, dos quais se destacam os seguintes, que assegurarão a manutenção e sustentabilidade da exploração de recursos energéticos endógenos:

- Preparação da campanha de perfuração, nas diversas empreitadas, com vista à execução de novos poços geotérmicos no setor de Cachaços-Lombadas e do Pico Vermelho no campo geotérmico da Ribeira Grande, assim como novos poços geotérmicos no campo geotérmico do Pico Alto,
- A atualização dos sistemas de controlo dos grupos geradores e poços geotérmicos da Central Geotérmica da Ribeira Grande,
- No Edifícios de Comando e Potência pretende-se a instalação de um sistema de climatização, com a utilização de uma máquina de absorção e o aproveitamento do calor contido no caudal de injeção a 95°C, e também a substituição do revestimento do piso da sala de comando da Central Geotérmica da Ribeira Grande,
- A execução da obra de construção de linha de derivação de condensados à saída dos vaporizadores do grupo gerador da Central Geotérmica do Pico Vermelho para a linha de injeção, permitindo a manutenção das bombas de condensados com o grupo em operação, bem como a necessária atualização do sistema de controlo da Central.
- Lançamento do concurso e execução das diversas empreitadas para a construção de parques fotovoltaicos nas ilhas de S. Maria e do Corvo a entrar em exploração em 2018.
- Conclusão da empreitada de substituição das condutas das centrais hídricas da ilha Terceira e retoma da sua operação normal a partir de 2019.
- Finalização do processo de licenciamento hídrico, ambiental e elétrico com vista ao lançamento do concurso público internacional para a Construção da Central Hídrica da



Ribeira Grande. Este aproveitamento prevê a utilização do potencial hidroelétrico desta ribeira na ilha das Flores para produção hidroelétrica complementando a componente de produção de energia renovável na ilha para valores anuais acima dos 80%. Será construída uma nova central equipada com dois grupos geradores de potência unitária de 550 kW captando os recursos da ribeira do Ferreiro, da Ribeira Grande e de dois pequenos afluentes. Prevê-se que o investimento ocorra nos anos de 2018, 2019 e 2020 com entrada em serviço no ano de 2021.



PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

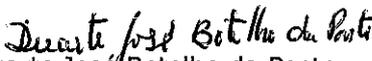
O Conselho de Administração, nos termos do artigo 16º, alínea g), dos Estatutos da Empresa, propõe que o Resultado Líquido do exercício de 2017, no valor de 8.700.333,80 euros (oito milhões, setecentos mil e trezentos e trinta e três euros e oitenta cêntimos), tenha a seguinte aplicação:

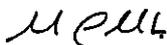
Para:

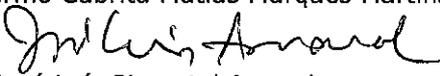
Reserva Legal	436.000,00 euros
Dividendos	4.759.994,00 euros
Resultados Transitados	3.504.339,80 euros

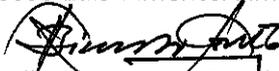
Ponta Delgada, 28 de março de 2018

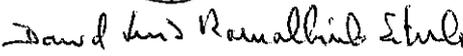
O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO


Duarte José Botelho da Ponte


Maria do Carmo Cabrita Matias Marques Martins


José Luís Pimentel Amaral


Carlos Alberto Raposo Bicudo da Ponte


David Luís Ramalhinho Estrela

INFORMAÇÕES SOBRE A SOCIEDADE

A EDA RENOVAVEIS é uma empresa pública que integra o setor público empresarial da Região Autónoma dos Açores. É-lhe aplicável o regime aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 7/2008-A, de 24 de março. De acordo com o art. 16.º daquele diploma, os relatórios anuais das empresas públicas regionais, além dos elementos que caracterizam as respetivas situações económicas e financeiras, deverão conter um conjunto de informações que de seguida se explicitam.

Orientações Estratégicas

As orientações estratégicas aplicáveis à EDA RENOVAVEIS estão vertidas nas propostas de Plano Plurianual e do Orçamento que, anualmente, a Assembleia Geral aprova. No que respeita ao ano de 2017, a Proposta de Plano Plurianual e do Orçamento para 2017 foi aprovada em Assembleia Geral realizada em 29 de dezembro de 2016 e encontra-se publicado na internet no seguinte endereço:

<http://www.eda.pt/GrupoEda/Paginas/FichaEmpresaEDARENOVAVEIS.aspx>.

Estrutura e Composição dos Órgãos Sociais

O Governo Societário da empresa, de acordo com o art. 7.º do pacto social, tem a seguinte configuração: Assembleia Geral, Conselho de Administração e o Órgão de Fiscalização. O Órgão de Fiscalização, de acordo com as modalidades previstas no art. 20.º do pacto social, é constituído por um Fiscal Único.

Os Órgãos Sociais para o triénio 2016/2018 foram eleitos em Assembleia Geral realizada no dia 28 outubro de 2016. A sua composição durante o ano de 2017 foi a seguinte:

Conselho de Administração

Presidente: Duarte José Botelho da Ponte

Administrador: Maria do Carmo Cabrita M. Marques Martins

Administrador: José Luís Pimentel Amaral

Administrador: Carlos Alberto Raposo Bicudo da Ponte

Administrador: David Luís Ramalhinho Estrela

Mesa da Assembleia Geral

Presidente: Gilda Maria Bairos Cabral Pimentel

Vice-Presidente: Fernando Manuel Rodrigues Ferreira

Secretário: José Emanuel Lopes Fernandes

**Fiscal Único**

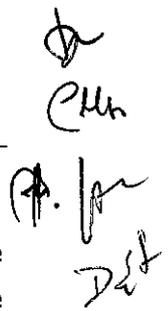
Efetivo: UHY & Associados, SROC, Lda, representada pelo Dr. Manuel Luís Fernandes Branco ROC n.º 652

Suplente: Duarte Giesta, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Unipessoal, Lda., representada pelo Dr. Duarte Félix Tavares Giesta, ROC n.º 520

PRINCIPAIS ELEMENTOS CURRICULARES DE CADA UM DOS MEMBROS DO ÓRGÃO DE GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO;

Duarte José Botelho da Ponte: licenciado em Engenharia Química, em 1976, pela Universidade do Porto, Doutorado em Tecnologia Alimentar, em 1986, pela Universidade Wageningen, Holanda, Professor Associado da Universidade dos Açores, exerceu os cargos de Diretor do Departamento de Ciências Agrárias da Universidade dos Açores, entre 1989 e 1993, de Pró-Reitor da Universidade dos Açores, para as áreas da Ciência e do Planeamento, entre 1991 e 1996, de Secretário Regional da Economia do Governo Regional dos Açores, entre 1996 e 2008, de Presidente do Instituto de Inovação Tecnológica dos Açores desde 2009 até à data, de Presidente da Escola das Novas Tecnologias dos Açores entre 2010 e 2013 e Presidente do Conselho de Administração da Eda, S.A, de maio de 2011 à data.

Maria do Carmo Cabrita Matias Marques Martins: licenciada em Organização e Administração de Empresas, pelo Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa, em 1987. Quadro Superior da Electricidade dos Açores, S.A. desde 1987, onde exerceu as funções de Chefe de Serviço de Plano e Informação de Gestão, de 1990 a 1998; Diretora da Direção de Serviços Comercial e de Controlo de Gestão do Centro de Exploração da ilha de São Miguel, de janeiro de 1999 a novembro de 2000; Diretora da Direção Planeamento de Redes e Análise de Investimentos, de novembro a dezembro de 2000. Adjunta do Secretário Regional da Economia, do VIII Governo Regional dos Açores, de dezembro de 2000 a dezembro de 2004; Membro do Conselho Consultivo da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos de junho de 2002 a novembro de 2009 e de maio de 2014 à data. Chefe de Gabinete do Secretário Regional da Economia do IX Governo Regional dos Açores, de dezembro de 2004 a novembro



de 2008; Assessora do Conselho de Administração da Norma Açores, S.A., em regime de cedência pela EDA, S.A., de novembro de 2008 a março de 2009; Vogal do Conselho de Administração da Norma Açores, S.A, de abril de 2009 a março de 2012. Vogal do Conselho de Administração da EDA S.A., de maio de 2011 a fevereiro de 2018. Vogal do Conselho de Administração da EDA Renováveis, S.A. de junho de 2011 à data. Presidente do Conselho Administração da Norma Açores, S.A., de abril de 2012 à data. Vogal do Conselho de Administração da Globaleda, S.A, de abril de 2012 a janeiro de 2016 e Presidente do Conselho de Administração da Globaleda, S.A., desde então à data.

José Luís Pimentel Amaral: Licenciado em Matemática/Físico-Química (Matemática- via ensino) pela Universidade dos Açores. é professor de Matemática da Escola Secundária Domingos Rebelo, tendo exercido vários cargos no âmbito da categoria profissional. Exerceu ainda funções na Direção Regional da Educação e foi Professor Assistente Convidado do Departamento de Matemática da academia açoriana. Entre 1996 e 2000 foi Diretor do Centro de Formação Profissional dos Açores e Escola Profissional de Capelas, tendo assumido também o cargo de Presidente do Fundo Autónomo da Direção Regional do Emprego e Formação Profissional do Governo Regional dos Açores. Em 2000 foi Adjunto do Secretário Regional da Economia, tendo desempenhado o cargo de Diretor Regional do Comércio, Indústria e Energia dos VIII e IX Governos Regionais dos Açores entre 2001 e 2008, com competências delegadas para a IRAE - Inspeção Regional das Atividades Económicas. Ao longo do seu percurso exerceu ainda outras funções, sendo de destacar a de Presidente da Direção do INOVA – Instituto de Inovação Tecnológica dos Açores, Presidente da Direção da ENTA – Escola das Novas Tecnologias dos Açores até maio de 2010 e Fundador e Presidente da Direção da ARENA – Agência Regional de Energia e Ambiente dos Açores. Foi coordenador e dinamizador regional de vários projetos, onde se destaca a Estratégia para a Qualidade na RAA; Plano Tecnológico e Inovação Empresarial – INOTEC Empresa; Green-Island em parceria com o MIT- Portugal; ProEnergia; Seproqual – Segurança e Promoção da Qualidade Alimentar. Exerceu ainda as funções de Assessor Coordenador para os Assuntos Económicos e Cooperação Externa do Senhor Presidente do Governo no X governo regional e foi Presidente do Conselho de Administração da Lotaçor, Vogal do Conselho de Administração da EDA S.A. de maio de 2014 à data.

Carlos Alberto Raposo Bicudo da Ponte: natural de Maia, Ribeira Grande, Portugal, casado, licenciado em Engenharia Mecânica, pelo Instituto Superior Técnico, da Universidade Técnica de Lisboa em 1979 e durante o ano de 1993 tira uma Pós-graduação em Utility Management pela Universidade de Dublin, na Irlanda;

Inicia a sua carreira profissional na metalomecânica Ferrotec em 1980 e ingressa na Empresa de Electricidade dos Açores em 1982. Em 1986 assume o cargo de Chefe de Serviço de Produção e em 1989 é nomeado Diretor do Centro de Energias Alternativas da EDA; de 1990 até janeiro de 1995, desempenha o cargo de Gerente da EEG - Empresa de Electricidade e Gás; em 1994 é nomeado Diretor de Exploração da Empresa de Electricidade dos Açores, e em 1995 Administrador Delegado da SOGEO, Sociedade Geotérmica dos Açores. Em 2000 é nomeado Administrador Delegado da Geoterceira, cargo que manteve até à sua incorporação na EDA RENOVAVEIS em 2014. Mantém o cargo de Administrador na EDA RENOVAVEIS, designação adotada pela SOGEO, desde 2013, na sequência da incorporação da EEG.

David Luís Ramalinho Estrela: Bacharel em Engenharia de Máquinas, em 1987, pelo Instituto Superior de Engenharia de Lisboa, quadro superior da EDA - Eletricidade dos Açores S.A. desde 1990, exerceu os cargos de Chefe de Serviço da Central Termoelétrica de Ponta Delgada, entre 1993 e 1999, de Coordenador da área de Energias Renováveis da Eletricidade dos Açores, S.A., entre 1999 e 2001, de Gerente executivo da Empresa de Eletricidade e Gás, Lda – Empresa do Grupo EDA, entre 1999 e 2013, e de Administrador da empresa EDA RENOVAVEIS, desde 2014.

Cargos Ocupados pelos Administradores noutras Empresas:

Duarte José Botelho da Ponte: Presidente do Conselho de Administradora da EDA, S.A., durante o presente exercício e Presidente do Instituto de Inovação Tecnológica dos Açores.

Maria do Carmo Cabrita Matias Marques Martins: Administradora da EDA, S.A., durante o presente exercício e até fevereiro de 2018, Presidente do Conselho de Administração da Norma Açores, S.A e Presidente do Conselho de Administração da Globaleda S.A..

José Luís Pimentel Amaral: Administrador da EDA, S. A e vogal do Instituto de Inovação Tecnológica dos Açores.

Remunerações dos Órgãos Sociais

As remunerações dos Órgãos Sociais foram fixadas pela Assembleia Geral em 28 de outubro de 2016, que determinou para o mandato 2016/2018 manter as remunerações do mandato anterior, sendo apenas remunerados os senhores Administradores Carlos Bicudo e David Estrela, com valores a processar 14 vezes por ano de 5.506,20 € e de 4.357,08 €, respetivamente.



Os valores remuneratórios brutos e outros encargos do Conselho de Administração no ano de 2017 corresponderam a:



Remunerações e Outros Encargos	
Administrador	99 732,63 €
Administrador	77 271,23 €
	<u>177 003,86 €</u>

A remuneração contratualizada com o Fiscal Único é de 1.250,00 euros mensais a processar 12 vezes por ano.

Membros da Mesa da Assembleia Geral

Estas funções não são remuneradas.

Indicação do Número de Reuniões do Órgão de Gestão e Administração com Referência Sucinta às Matérias Versadas

Durante o ano de 2017, o Conselho de Administração realizou 12 (doze) reuniões para deliberar sobre assuntos relativos à gestão corrente da sociedade. As matérias versadas respeitaram ao Relatório e Contas, à execução do Plano e de Atividades e Orçamento de acordo com a estratégia delineada, à gestão corrente da sociedade nas áreas da exploração dos recursos geotérmico, hídrico e eólico, à apreciação mensal as contas e principais indicadores da atividade. Para cada reunião do Conselho de Administração foram elaboradas atas com as deliberações relativas aos assuntos tratados.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

[Handwritten signature]

Balço	46
Demonstraçõ dos resultados por naturezas.....	47
Demonstraçõ das alterações no capital prõprio.....	48
Demonstraçõ dos fluxos de caixa.....	49
Anexo às demonstrações financeiras	50
1 Introduçõ	50
2 Referencial contabilístico de preparaçõ das demonstrações financeiras	51
3 Principais polític as contabilísticas.....	52
4 Fluxos de caixa	63
5 Polític as contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	63
6 Ativos fixos tangíveis	64
7 Ativos intangíveis	69
8 Outros investimentos financeiros.....	70
9 Ativos e passivos por impostos diferidos.....	70
10 Inventários.....	71
11 Clientes.....	72
12 Estado e outros entes pùblicos.....	72
13 Acionistas.....	73
14 Outros créditos a receber	73
15 Diferimentos.....	73
16 Capital subscrito	74
17 Reservas legais e outras.....	74
18 Outras variações no capital prõprio.....	75
19 Provisões	76
20 Financiamentos obtidos.....	76
21 Fornecedores.....	77
22 Outras dívidas a pagar	77
23 Vendas e serviços prestados.....	78
24 Trabalhos para a prõpria entidade	78
25 Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	79
26 Fornecimentos e serviços externos	79
27 Gastos com pessoal.....	80
28 Outros rendimentos.....	80
29 Outros gastos	81
30 Gastos e rendimentos financeiros	81
31 Imposto sobre o rendimento.....	82
32 Dividendos	83
33 Compromissos	83
34 Contingências	84
35 Matérias ambientais.....	84
36 Partes relacionadas	85
37 Disposições legais	88
38 Eventos subsequentes	88



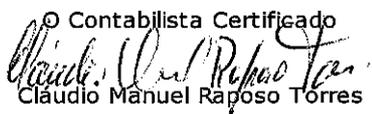


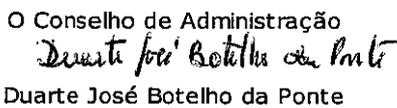



BALANÇO

		<u>31 de dezembro</u>	
		<u>2017</u>	<u>2016</u>
Ativo			
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	73.098.527	83.817.899
Ativos intangíveis	7	239.013	199.817
Outros investimentos financeiros	8	22.487	22.487
Ativos por impostos diferidos	9	7.969.792	3.639.020
		81.329.819	87.679.223
Corrente			
Inventários	10	90.891	111.591
Clientes	11	3.621.170	3.317.604
Acionistas	13	37.720.000	30.560.000
Outros créditos a receber	14	153.305	130.463
Diferimentos	15	84.787	204.199
Caixa e depósitos bancários	4	223.557	203.124
		41.893.710	34.526.981
Total do ativo		123.223.529	122.206.204
Capital próprio			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital			
Capital subscrito	16	23.799.970	23.799.970
Reservas legais	17	4.163.000	3.813.000
Outras reservas	17	14.016	14.016
Resultados transitados	17	52.649.039	50.376.391
Outras variações no capital próprio	18	11.382.688	12.929.132
Resultado líquido do período		8.700.334	6.192.644
Total do capital próprio		100.709.047	97.125.152
Passivo			
Não corrente			
Provisões	19	3.063.713	3.034.591
Financiamentos obtidos	20	6.895.455	9.259.091
Outras dívidas a pagar	22	3.394.158	3.333.927
Passivos por impostos diferidos	9	-	336.363
		13.353.326	15.963.972
Corrente			
Fornecedores	21	1.129.905	986.450
Estado e outros entes públicos	12	1.180.992	1.017.312
Financiamentos obtidos	20	2.375.553	2.377.336
Outras dívidas a pagar	22	4.474.707	4.735.982
		9.161.157	9.117.080
Total do passivo		22.514.483	25.081.051
Total do capital próprio e do passivo		123.223.529	122.206.204

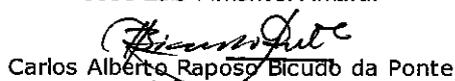
As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

 Cláudio Manuel Raposo Torres

O Conselho de Administração

 Duarte José Botelho da Ponte


 Maria do Carmo Marques Martins


 José Luís Pimentel Amaral

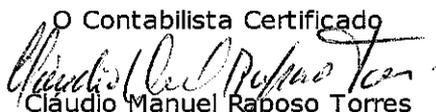

 Carlos Alberto Raposo Bicudo da Ponte

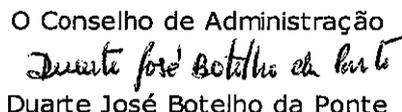

 David Luís Ramalinho Estrela

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

	Nota	Período	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	23	27.299.374	24.109.178
Subsídios à exploração	27	6.977	53.660
Trabalhos para a própria entidade	24	334.937	485.766
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	25	(275.013)	(247.852)
Fornecimentos e serviços externos	26	(4.939.028)	(4.117.730)
Gastos com o pessoal	27	(1.536.558)	(1.129.662)
Imparidade de inventários (perdas/ reversões)	10	-	(1.500)
Imparidade de investimentos não depreciáveis/ amortizáveis (perdas/ reversões)	6	-	(1.958.319)
Outros rendimentos	28	2.328.190	2.685.620
Outros gastos	29	(2.471.073)	(1.942.218)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		20.747.806	17.936.943
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6 e 7	(10.356.454)	(9.953.244)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	6	(3.904.536)	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		6.486.816	7.983.698
Juros e rendimentos similares obtidos	30	62.641	138.299
Juros e gastos similares suportados	30	(112.447)	(136.230)
Resultado antes de impostos		6.437.010	7.985.767
Imposto sobre o rendimento do período	31 e 9	2.263.324	(1.793.123)
Resultado líquido do período		8.700.334	6.192.644
Resultado por ação básico	16	1,83	1,30

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

 Cláudio Manuel Raposo Torres

O Conselho de Administração

 Duarte José Botelho da Ponte


 Maria do Carmo Marques Martins


 José Luís Pimentel Amaral


 Carlos Alberto Raposo Bicudo da Ponte


 David Luís Ramalhinho Estrela

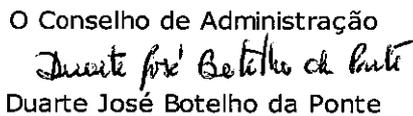
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

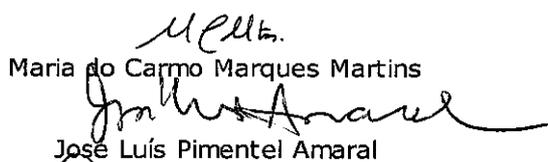
	Nota	Capital subscrito	Reservas legais	Outras Reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
A 1 de janeiro de 2016		23.799.970	3.463.000	14.016	47.753.077	14.498.073	6.543.309	96.071.445
Alterações no período								
Aplicações dos resultados	17	-	350.000	-	6.193.309	(1.568.942)	(6.543.309)	(1.568.942)
		-	350.000	-	6.193.309	(1.568.942)		
Resultado líquido do período							6.192.644	6.192.644
Resultado Integral							6.192.644	6.192.644
Operações com detentores de capital no período								
Distribuições	17	-	-	-	(3.569.996)	-	-	(3.569.996)
		-	-	-	(3.569.996)	-	-	(3.569.996)
A 31 de dezembro de 2016		23.799.970	3.813.000	14.016	50.376.391	12.929.132	6.192.644	97.125.152
A 1 de janeiro de 2017		23.799.970	3.813.000	14.016	50.376.391	12.929.132	6.192.644	97.125.152
Alterações no período								
Aplicações dos resultados	17	-	350.000	-	5.842.644	(1.546.443)	(6.192.644)	(1.546.443)
		-	350.000	-	5.842.644	(1.546.443)	(6.192.644)	(1.546.443)
Resultado líquido do período							8.700.334	8.700.334
Resultado Integral							8.700.334	8.700.334
Operações com detentores de capital no período								
Distribuições	17	-	-	-	(3.569.996)	-	-	(3.569.996)
		-	-	-	(3.569.996)	-	-	(3.569.996)
A 31 de dezembro de 2017		23.799.970	4.163.000	14.016	52.649.039	11.382.688	8.700.334	100.709.047

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

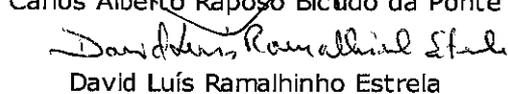
© Contabilista Certificado

 Cláudio Manuel Raposo Torres

O Conselho de Administração

 Duarte José Botelho da Ponte


 Maria do Carmo Marques Martins

 José Luís Pimentel Amaral


 Carlos Alberto Raposo Bicuado da Ponte

 David Luís Ramalhinho Estrela

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	Nota	Período findo em 31 de dezembro	
		2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		31.819.774	30.331.740
Pagamentos a fornecedores		(5.433.892)	(8.141.338)
Pagamentos ao pessoal		(1.357.417)	(1.073.156)
Caixa gerada pelas operações		25.028.465	21.117.246
Pagamento/ recebimento do imposto sobre o rendimento		(2.241.648)	(2.653.344)
Outros recebimentos/ pagamentos		(6.096.101)	(3.648.920)
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais		16.690.716	14.814.982
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(3.596.455)	(10.742.729)
Ativos fixos intangíveis		(42.835)	-
Financiamentos concedidos		(129.965.000)	(100.070.000)
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos concedidos		122.805.000	98.082.400
Subsídios ao investimento		-	2.798.257
Juros e rendimentos similares		112.889	259.703
Dividendos	28	49.300	45.300
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento		(10.637.101)	(9.627.069)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(2.363.636)	(2.363.636)
Juros e gastos e similares		(99.550)	(131.643)
Dividendos	17 e 32	(3.569.996)	(3.569.996)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento		(6.033.182)	(6.065.275)
Variação de caixa e seus equivalentes			
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	20.433	(877.362)
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	203.124	1.080.486
		223.557	203.124

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

 Cláudio Manuel Raposo Torres

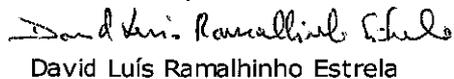
O Conselho de Administração


 Duarte José Botelho da Ponte


 Maria do Carmo Marques Martins


 José Luís Pimentel Amaral


 Carlos Alberto Raposo Bicudo da Ponte


 David Luís Ramalhinho Estrela

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**1 Introdução**

A EDA Renováveis (EDAR ou Empresa), constituída em 2 de fevereiro de 1990, tem como objeto o aproveitamento de recursos renováveis da Região Autónoma dos Açores ("RAA").

A EDAR é detida em 99,68% pela EDA - Electricidade dos Açores, S.A. e em 0,32% pela SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.

A EDAR é responsável pela produção de energia elétrica através de infraestruturas de captação e transformação do calor geotérmico, tendo sido atribuído dois contratos de concessão de exploração de recursos geotérmicos na zona demarcada do Concelho da Ribeira Grande por um período de 25 anos contados a partir de 14 de julho de 1995 e na zona situada no Campo Geotérmico do Pico Alto, na ilha Terceira, também por um período de 25 anos contados a partir de 7 de agosto de 2017.

A EDAR tem também como finalidade a construção e exploração de aproveitamentos de recursos endógenos de natureza hídrica e eólica na Região Autónoma dos Açores, possuindo atualmente 19 centros produtores (7 parques eólicos e 12 centrais mini hídricas) instalados em 7 ilhas do arquipélago, consoante as condições naturais existentes.

Para a instalação de cada centro produtor, a EDAR efetua um requerimento de licença de produção de energia elétrica não vinculada ao serviço público, junto à entidade do Governo Regional dos Açores com competência na área da energia. A licença fica sujeita à condição de atribuição de licença prévia de estabelecimento, a qual por sua vez é atribuída após consulta ao concessionário do transporte e distribuição acerca dos pontos de interligação e da tensão nominal no ponto de interligação. A licença de produção de energia elétrica é atribuída por cada centro eletroprodutor.

A EDAR enquanto produtora de energia elétrica a partir de fontes renováveis tem, de acordo com o Decreto Legislativo Regional nº.15/96/A, uma garantia de venda sobre toda a eletricidade que produz. Assim, a EDAR tem um contrato de compra de energia elétrica com a entidade concessionária do transporte e distribuição de eletricidade para a RAA, a EDA - Electricidade dos Açores, S.A., no qual esta assume a obrigação de adquirir toda a eletricidade produzida pelos centros produtores da EDAR. A concessionária gere a suspensão temporária da atividade das instalações de produção em função das necessidades de consumo e das cláusulas dos respetivos contratos de fornecimento de energia, estabelecendo regras que motivem a exploração otimizada dos recursos renováveis ligados à rede, devendo maximizar a injeção na rede da produção de energia elétrica com origem renovável, dando prioridade à colocação no diagrama de carga da potência dos centros produtores renováveis com data de entrada em exploração mais antiga e que permitam uma maior integração da componente renovável.

A eletricidade produzida é vendida aos preços acordados em contrato e sujeitos a atualização anual com base no Índice de Preços no Consumidor. Em 2017 o preço praticado para toda a energia produzida e cedida foi de 98,20 euros/MWh (2016: 97,10 euros/MWh).

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração, em 28 de março de 2018. É opinião da Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da EDAR, bem como a sua posição e performance

financeira e fluxos de caixa.

Estas demonstrações financeiras são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas pela EDA – Electricidade dos Açores, S.A., pelo método da consolidação integral.

2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de junho, que alterou o Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de julho, e de acordo com a estrutura concetual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") e Normas Interpretativas ("NI") consignadas, respetivamente, nos avisos 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 de julho de 2015, as quais, no seu conjunto, constituem o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC").

Acresce referir que o modelo das demonstrações financeiras e quadro de contas também foram alterados, respetivamente, pela Portaria nº 220/2015 de 24 de julho de 2015 e Declaração de Retificação nº 41-B/2015 de 21 de setembro de 2015 e pela Portaria nº 218/2015 de 23 de julho de 2015 e Declaração de Retificação nº 41-A/2015 de 21 de setembro de 2015.

De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por "NCRF".

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela EDAR, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar destas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que os pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na Nota 3.23.

2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com as do período anterior. No entanto os ativos e passivos por impostos diferidos relacionados com a provisão de desmantelamento dos parques eólicos era apresentada em anos anteriores de forma separada, situação que se alterou em 2017.

3 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras, preparadas no pressuposto da continuidade das operações, são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação contrária.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade da Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a Administração concluiu que a Empresa dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

3.1. Conversão cambial

i) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da EDAR e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros (moeda funcional), salvo indicação explícita em contrário.

ii) Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na Demonstração dos resultados, na rubrica de gastos de financiamento, se relacionadas com empréstimos ou em outros ganhos ou perdas operacionais, para todos os outros saldos/transações.

iii) Cotações utilizadas

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de saldos expressos em moeda estrangeira, foram como segue:

<u>Moeda</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
USD	1,1993	1,0541

Fonte: Cotações do Banco Central Europeu à data de 31 de Dezembro de 2017

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis

à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização. Os custos com empréstimos obtidos para a construção de ativos fixos tangíveis qualificáveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

Os gastos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que aumentem a vida útil, ou a capacidade dos ativos gerarem benefícios económicos são capitalizados no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que ocorrem.

Os gastos a suportar com o desmantelamento ou remoção de ativos instalados em propriedade de terceiros serão considerados como parte do custo inicial dos respetivos ativos quando se traduzam em montantes significativos e mensuráveis.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações nos restantes ativos são calculadas utilizando o método das quotas constantes por duodécimos. As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	
Centrais geotérmicas	Entre 10 a 20 anos
Centrais hídricas	Entre 20 a 60 anos
Equipamento básico	Entre 8 e 20 anos
Equipamento de transporte	Entre 4 e 6 anos
Equipamento administrativo	8 anos
Ferramentas e utensílios	Entre 4 e 16 anos
Outros ativos tangíveis	8 anos

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada data de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos benefícios económicos gerados pelos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis são efetuados testes de imparidade de forma a estimar o valor recuperável do ativo e, quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

Os ativos fixos tangíveis para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade. Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na Demonstração dos resultados.



3.3. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis, que compreendem programas de computador e direitos de superfície, encontram-se reconhecidos e mensurados: (i) ao preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e os impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos; e (ii) qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

A EDAR reconhece como ativos intangíveis os montantes despendidos com a aquisição de direitos de superfície adquiridos a terceiros para a instalação dos parques eólicos e software adquirido a terceiros, bem como os custos de parametrização incorridos.

A EDAR valoriza os seus ativos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo modelo do custo, conforme definido pela NCRF 6 – Ativos Intangíveis, que define que um ativo intangível deve ser escriturado pelo seu custo deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, durante a vida útil estimada ou de acordo com o período estabelecido no contrato.

A EDAR não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

3.4. Avaliação e exploração de recursos geotérmicos

A EDAR desenvolve para além do aproveitamento dos recursos geotérmicos já instalados, trabalhos de perfuração e prospeção e de outra natureza em áreas delimitadas dos campos geotérmicos, para as quais ainda não está determinada a viabilidade comercial da exploração dos recursos geotérmicos, embora esta se afigure provável. Desta forma, e ao abrigo da NCRF 16 – Exploração e avaliação de recursos minerais, os dispêndios incorridos com estudos e testes na fase de prospeção e com a construção de poços e estruturas acessórias são capitalizados como ativos tangíveis em curso, até à data da conclusão acerca da sua exequibilidade técnica e da sua viabilidade comercial. Os custos dos empréstimos obtidos fazem também parte do custo destes nesta fase de avaliação dos ativos, exceto se não tiverem ocorrido dispêndios substanciais que justifiquem a sua suspensão temporária. Durante a fase de prospeção e sempre que exista evidência objetiva de um eventual abandono técnico de um poço geotérmico e outros indicadores de imparidade, são registadas perdas de imparidade sobre o montante determinado, exceto se vier a ser utilizado como poço de injeção.

Os principais indicadores de imparidade resultam (i) da não descoberta durante a fase de prospeção de quantidades comercialmente viáveis de recursos minerais na área geotérmica específica ou, (ii) dos benefícios económicos futuros de uma área geotérmica específica emergente da exploração efetiva dos recursos minerais ou da sua alienação, não serem suficientes para recuperar a totalidade da quantia escriturada do ativo de exploração e avaliação.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em Imparidade de investimentos depreciáveis, sendo subseqüentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

Parte das atividades de prospeção são comparticipadas através de fundos dos programas

comunitários para a Região Autónoma dos Açores que se encontram registados no Capital próprio.

3.5. Imparidade de ativos não financeiros

A Empresa avalia os ativos não financeiros para efeitos de imparidade consoante a sua natureza.

Os ativos com vida útil definida são revistos quanto à imparidade quando eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras possa não ser recuperável.

Para efeitos de determinação da existência de imparidade, a Empresa calcula o valor recuperável do ativo ou conjunto de ativos. O valor recuperável é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, a Empresa regista a respetiva perda por imparidade.

Os ativos não financeiros, que não o goodwill, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, as amortizações e depreciações dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

3.6. Ativos financeiros

A Administração determina a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos financeiros são classificados/mensurados como:

- (a) Ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na Demonstração dos resultados.

A EDAR classifica e mensura ao custo amortizado, os ativos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

Para os ativos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

São registados ao custo amortizado, os ativos financeiros que constituem empréstimos concedidos, contas a receber e instrumentos de capital próprio, bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.



A EDAR classifica e mensura ao justo valor os ativos financeiros que não cumpram com as condições para serem mensurados ao custo amortizado. São registados ao justo valor, os ativos financeiros que constituem instrumentos de capital próprio cotados em mercado ativo, contratos derivados e ativos financeiros detidos para negociação. As variações de justo valor são registadas nos resultados do período, exceto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa.

A EDAR avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a EDAR reconhece uma perda por imparidade na Demonstração dos resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

3.7. Inventários

Os inventários referem-se a materiais utilizados nas atividades internas de manutenção e conservação.

Os inventários são valorizados ao custo ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O seu custo inclui todos os custos de compra, custos de transformação e outros custos incorridos para colocar os inventários no local e condição necessária para a sua venda/uso.

O método de custeio utilizado é o custo médio ponderado.

No que se refere aos materiais são registadas perdas por imparidade, quando os mesmos apresentam indicadores de obsolescência técnica ou quando ocorre a descontinuação dos equipamentos a que se referem.

3.8. Clientes e Outros créditos a receber

As rubricas de Clientes e Outros créditos a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade quando aplicável. As perdas por imparidade dos clientes e créditos a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na Demonstração dos resultados, em Imparidade de dívidas a receber sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

O montante de perda por imparidade para um instrumento mensurado ao custo ou ao custo amortizado é a diferença entre a quantia escriturada e o valor presente (atual) dos fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juro efetiva inicial do ativo financeiro.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando: (a) Os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram; ou (b) A entidade transfere para outra parte todos os riscos significativos e benefícios relacionados com o ativo financeiro; ou (c) A entidade, apesar de reter alguns riscos significativos e benefícios relacionados com o ativo financeiro, tenha transferido o controlo do ativo para uma outra parte e esta tenha a

capacidade prática de vender o ativo na sua totalidade a uma terceira parte não relacionada e a possibilidade de exercício dessa capacidade unilateralmente sem necessidade de impor restrições adicionais à transferência. Se tal for o caso a entidade deve: (i) desreconhecer o ativo; e (ii) reconhecer separadamente qualquer direito e obrigação criada ou retida na transferência.

3.9. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica Financiamentos obtidos, e são considerados na elaboração da Demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

3.10. Capital

O capital estatutário da Empresa corresponde às ações subscritas pelos acionistas. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

3.11. Passivos financeiros

A Administração determina a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os passivos financeiros são classificados/mensurados como:

- (a) Ao custo amortizado; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na Demonstração dos resultados.

A EDAR classifica e mensura ao custo amortizado, os passivos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os passivos registados ao custo amortizado, os juros a pagar e a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os pagamentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo amortizado, os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos e contas a pagar.

Uma entidade deve desreconhecer um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja paga, cancelada ou expire.

3.12. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente mensurados ao

custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na Demonstração dos resultados ao longo do período do financiamento, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a EDAR possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

3.13. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na Demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios.

Imposto corrente

O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor. Em conformidade com a legislação em vigor na Região Autónoma dos Açores a taxa a aplicar para a determinação do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas é reduzida em 20%, correspondendo a uma taxa nominal de 16,80%. Como estabelecido na lei das Finanças Locais a Empresa está sujeita à derrama fixada pelos Municípios até ao montante máximo de 1,5% do lucro tributável sujeito e não isento de IRC. Foi ainda considerada a derrama estadual que nos termos da legislação em vigor, incide sobre a parcela do lucro tributável superior a 1,5 milhões de euros e inferior a 7,5 milhões de euros (taxa de 2,4%), quando superior a 7,5 milhões de euros e menor que 35 milhões de euros (taxa de 4%) e superior a este montante (taxa de 5,6%).

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração fiscal durante um período de 4 anos.

Imposto diferido

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

3.14. Benefícios aos empregados

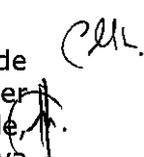
A EDAR tem atribuído aos empregados um plano de complemento de pensões de reforma de contribuição definida, denominado por Futuro+ que é gerido pela BPI Pensões.

Em termos de regime de contribuição o plano prevê:

- a) Contribuição base de 1% do salário pensional pela Empresa sem qualquer condição;
- b) Contribuição voluntária do empregado que a EDAR reforça contribuindo em metade da percentagem da contribuição do empregado até ao limite de 2%.

Relativamente a este plano a Empresa não assume qualquer obrigação de pagamento para

além das contribuições, conforme as condições estabelecidas no plano. As contribuições efetuadas são registadas como Gastos com o pessoal na Demonstração dos resultados, no período em que ocorrem. 

Para além destas responsabilidades registadas a EDAR efetua ainda o pagamento de complementos de reforma a 3 ex-empregados já reformados não abrangidos por qualquer dos planos descritos. A EDAR não efetuou qualquer estudo atuarial desta responsabilidade, nem fez o registo de qualquer provisão, uma vez que a responsabilidade não é significativa (Nota 27). 

3.15. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a EDAR tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável de que não seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a EDAR divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota. 

3.16. Subsídios e apoios do Governo

A EDAR reconhece os subsídios do Estado Português, do Governo Regional e da União Europeia ou organismos semelhantes pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido, e não na base do seu recebimento.

As participações atribuídas à EDAR, a fundo perdido, por conta dos projetos de investimento em ativos tangíveis de uso próprio, são contabilizadas na rubrica de Outras variações de capital próprio, quando seja expectável que todas as condições para a sua atribuição sejam cumpridas. Os subsídios são subseqüentemente creditados na Demonstração dos resultados numa base pro-rata da depreciação dos ativos a que estão associados, na rubrica de Outros rendimentos.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na Demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados.

3.17. Locações

Locações de ativos fixos tangíveis, relativamente às quais a EDAR detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificadas como locações financeiras. São igualmente classificados como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, determinados à data de início do contrato. O valor a pagar resultante de um contrato de locação financeira é registado líquido de encargos financeiros, na rubrica de Financiamentos obtidos. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados são reconhecidos na Demonstração dos resultados, no período a que dizem respeito.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação quando a EDAR não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a EDAR tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como gasto na Demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

3.18. Gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos períodos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.19. Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de produtos e/ou serviços no decurso normal da atividade da EDAR. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos e descontos comerciais atribuídos.

Eletricidade

A faturação de eletricidade é efetuada mensalmente, com base em contagens reais de entregas de eletricidade na rede.

A eletricidade produzida é faturada à EDA, a entidade concessionária da rede de transporte e distribuição na RAA.

3.20. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos aos acionistas da EDAR é reconhecida como uma responsabilidade nas demonstrações financeiras no período em que os dividendos são aprovados pelos seus acionistas.

3.21. Compensação de saldos e transações

Os ativos, passivos, rendimentos e gastos não são compensados, salvo se exigido ou permitido pelas NCRF.

3.22. Matérias ambientais

A EDAR reconhece os dispêndios de carácter ambiental, bem como os passivos e ativos com eles relacionados.

Os dispêndios são reconhecidos como custos no período em que são incorridos, exceto se forem realizados para evitar ou reduzir danos futuros e proporcionem benefícios económicos no futuro, sendo nesse caso capitalizados e amortizados sistematicamente ao longo das suas vidas económicas.

São reconhecidas provisões para Matérias ambientais sempre que a EDAR tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, relativamente à

qual seja provável que uma saída de recursos se torne necessária para pagar, e possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante dessa obrigação.

3.23. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da EDAR são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte são as que seguem:

Estimativas contabilísticas relevantes

3.23.1. Provisões

A EDAR analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.23.2. Ativos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação e amortização a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações e amortizações a reconhecer na Demonstração dos resultados de cada período.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do setor ao nível internacional.

Relativamente aos ativos tangíveis em curso relacionados com as atividades de recursos geotérmicos, a avaliação da capacidade de extração de fluídos de cada poço e da sua potência é definida regularmente de forma a determinar a viabilidade individual de cada poço ou da globalidade do campo geotérmico.

A EDAR reconhece no seu Balanço uma estimativa do valor a desembolsar aquando do desmantelamento e remoção dos equipamentos de produção dos aproveitamentos eólicos instalados em propriedade de terceiro. Também a vida útil associada aos parques eólicos, que determina a cadência de reconhecimento desta provisão nos resultados da Empresa tem por base o melhor julgamento da Administração, considerando também as práticas adotadas por empresas do setor ao nível nacional e internacional.

3.23.3. Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da EDAR, tais como: i) a disponibilidade futura de financiamento; e ii) o custo de capital ou quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à Empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

3.24. Acontecimentos após a data de balanço

Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data das demonstrações financeiras são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data das demonstrações financeiras são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se considerados materiais.

de
CML
P.
DET
JAC



4 Fluxos de caixa

4.1. Caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

A EDAR não possui qualquer saldo de Caixa ou equivalente de caixa com restrições de utilização para os períodos apresentados.

4.2. Detalhe da rubrica de caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresenta os seguintes valores:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa	773	853
Depósitos bancários	<u>222.784</u>	<u>202.271</u>
	<u>223.557</u>	<u>203.124</u>

Os valores acima foram os considerados para efeitos da elaboração da Demonstração dos fluxos de caixa para os períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

5 Políticas contábilísticas, alterações nas estimativas contábilísticas e erros

5.1. Alterações às normas

Não foram publicadas no presente período novas normas, alterações ou interpretações efetuadas a normas existentes que devessem ser consideradas pela Empresa.

5.2. Alterações nas políticas contábilísticas

Não se verificaram quaisquer alterações às políticas contábilísticas adotadas pela EDAR, para os períodos apresentados.

5.3. Alterações nas estimativas contábilísticas

A EDAR não procedeu à alteração dos procedimentos de determinação das estimativas contábilísticas, que possam ter impacto no período ou em períodos futuros.

5.4. Erros de períodos anteriores

Não se verificou no período qualquer correção de erros identificados relativamente a períodos anteriores.

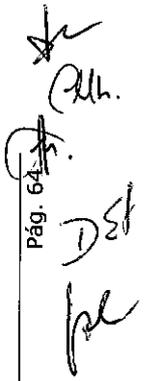
Handwritten notes:
 sk
 CUH
 P.H.
 Dst
 Jan



6 Ativos fixos tangíveis

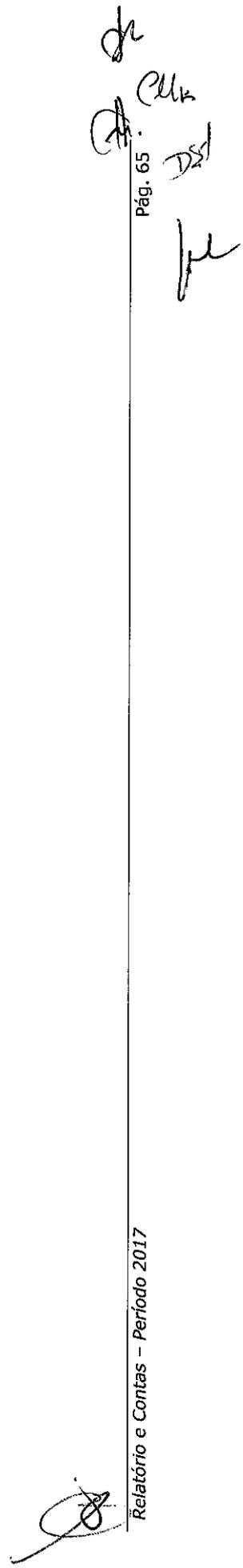
Durante o período findo em 31 de dezembro de 2017 os movimentos registados na rubrica dos Ativos fixos tangíveis na Empresa foram como segue:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos tangíveis	Ativos em curso	Total
1 de janeiro de 2017								
Custo de aquisição	3.428.319	25.382.510	188.633.860	709.498	143.361	614.072	39.160.284	258.071.904
Imparidade acumulada	-	(31.053)	(7.674.080)	-	-	-	(19.865.262)	(27.570.395)
Depreciações acumuladas	-	(14.705.486)	(130.752.682)	(595.097)	(119.292)	(511.053)	-	(146.683.611)
Valor líquido	3.428.319	10.645.971	50.207.099	114.401	24.069	103.018	19.295.022	83.817.899
Movimento de 2017								
Adições	33.952	-	29.901	-	46.222	25.147	3.393.297	3.528.518
Alienações	(4.961)	-	-	(10.475)	(381)	-	-	(15.817)
Transferências e abates	-	2.809.299	37.090.219	-	-	-	(39.899.518)	-
Imparidade do período	(101.713)	(267.754)	(3.535.068)	-	-	-	-	(3.904.536)
Transferência de imparidade	(466.475)	(1.227.972)	(16.212.496)	-	-	-	17.906.943	-
Depreciação - período	-	(1.205.542)	(9.019.158)	(39.153)	(50.733)	(24.268)	-	(10.338.854)
Depreciação - alienações	-	-	460	10.475	381	-	-	11.316
31 de dezembro de 2017	2.889.122	10.754.002	58.560.956	75.248	19.558	103.897	695.744	73.098.527
Custo de aquisição	3.457.310	28.191.809	225.753.979	699.023	189.202	639.218	2.654.065	261.584.606
Imparidade acumulada	(568.188)	(1.526.780)	(27.421.644)	-	-	-	(1.958.319)	(31.474.931)
Depreciações acumuladas	-	(15.911.028)	(139.771.379)	(623.775)	(169.644)	(535.322)	-	(157.011.148)
Valor líquido	2.889.122	10.754.002	58.560.956	75.248	19.558	103.897	695.744	73.098.527

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2016 os movimentos registrados na rubrica dos Ativos fixos tangíveis na Empresa foram como segue:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos tangíveis	Ativos em curso	Total
1 de janeiro de 2016								
Custo de aquisição	3.217.958	25.382.510	188.466.351	655.092	138.062	590.369	28.477.517	246.927.860
Imparidade acumulada	-	(31.053)	(7.674.080)	-	-	-	(17.906.943)	(25.612.077)
Depreciações acumuladas	-	(13.546.766)	(122.056.588)	(563.644)	(109.259)	(486.748)	-	(136.763.004)
Valor líquido	3.217.958	11.804.691	58.735.684	91.448	28.802	103.621	10.570.573	84.552.778
Movimento de 2016								
Adições	260.361	-	112.818	68.202	5.300	23.703	11.851.448	12.321.832
Alienações	-	-	(4.867)	(13.796)	-	-	(948.611)	(967.273)
Transferências e abates	(50.000)	-	59.557	-	-	-	(220.070)	(210.513)
Imparidade do período	-	-	-	-	-	-	(1.958.319)	(1.958.319)
Depreciação - período	-	(1.158.720)	(8.700.060)	(45.249)	(10.033)	(24.305)	-	(9.938.367)
Depreciação - alienações	-	-	3.966	13.796	-	-	-	17.762
	3.428.319	10.645.971	50.207.099	114.401	24.069	103.018	19.295.023	83.817.899
31 de dezembro de 2016								
Custo de aquisição	3.428.319	25.382.510	188.633.860	709.498	143.361	614.072	39.160.284	258.071.904
Imparidade acumulada	-	(31.053)	(7.674.080)	-	-	-	(19.865.262)	(27.570.395)
Depreciações acumuladas	-	(14.705.486)	(130.752.682)	(595.097)	(119.292)	(511.053)	-	(146.683.611)
Valor líquido	3.428.319	10.645.971	50.207.099	114.401	24.069	103.018	19.295.023	83.817.899



Adições

Os aumentos registados em ativos tangíveis durante o período de 2017 englobam 120.780 euros de aquisições diretas. Foram ainda realizados investimentos em ativos em curso, no montante de 3.393.297 euros, essencialmente relativos aos custos finais da construção da central geotérmica do Pico Alto (3.167.661 euros).

A Empresa baseada num conjunto de estudos realizados por entidades de referência no setor, considerou o Campo Geotérmico do Pico Alto como uma área geral de interesse comercial para efeitos de produção de energia elétrica, com base em indicadores positivos apurados na avaliação da produtividade dos quatro poços de produção e injeção e do potencial do recurso geotérmico no que diz respeito à energia calorífica disponível na área de concessão e sua capacidade para a geração de energia, bem com as produtividades esperadas para esses poços e o comportamento do reservatório, sendo que o eventual declínio de produtividade que possa ocorrer será contrabalançado com o desenvolvimento de uma nova campanha de perfuração de 2 a 3 poços geotérmicos direcionais até uma profundidade máxima de cerca de 2.000 metros prevista para 2018 e 2019, no montante estimado de 11 milhões de euros.

Num contexto limitativo de desenvolvimento do projeto, devido ao facto de existir um risco elevado de uma diminuição do fluido geotérmico atualmente disponibilizado, a Empresa decidiu incorrer numa primeira fase na construção de uma central geotérmica de 3,5 MW, cuja exploração iniciada em setembro de 2017 suportará a atual decisão de expandir a capacidade produtiva até 10 MW, num investimento previsto de 13 milhões de euros.

O total investido no Campo Geotérmico do Pico Alto foi no montante de 47.216.314 euros, tendo a central geotérmica atingido em 2017 uma produção de cerca de 9,8 GWh. Sublinhe-se que a Empresa adotou o critério contabilístico de capitalização dos gastos com a pesquisa e efetua testes de imparidade periódicos, como mencionado na Nota 3.4 do anexo às demonstrações financeiras, tendo inclusivamente reconhecido em 2011 como perdas por imparidade a totalidade dos gastos incorridos com o poço geotérmico PA1 considerado abandonado, no montante de 6.249.616 euros.

A Empresa efetuou testes de imparidade sobre os gastos incorridos na exploração e desenvolvimento do Campo geotérmico agora transferido para ativos em exploração, com efeitos a 31 de dezembro de 2017 e 2016, com base nos seguintes pressupostos:

	2017	2016
Vida útil estimada dos ativos	20 anos	20 anos
Custo médio ponderado do capital (WACC)	7,35%	7,87%

O valor de uso desses ativos foi determinado pela atualização dos fluxos de caixa futuros estimados, considerando que a unidade geradora de caixa se consubstancia no Campo Geotérmico do Pico Alto, e tendo em conta que a central geotérmica terá um período de vida útil previsível de 20 anos após a concretização plena da fase de ampliação. Em 2017, utilizou-se uma taxa WACC agravada em cerca de trinta pontos percentuais para fazer face ao risco de uma menor produtividade dos poços.

Os fluxos de caixa futuros estimados refletem os pressupostos que foram utilizados na elaboração do Plano Estratégico Plurianual 2018/2022 e Orçamento para 2018 aprovado na Assembleia Geral de 15 de dezembro de 2017, documento orientador da política de desenvolvimento do acionista Electricidade dos Açores e das empresas subsidiárias, o qual

pressupõe que a atual central de 3,5 MWh poderá ser ampliada para 10 MWh até finais de 2022, caso se confirme o potencial produtivo do campo geotérmico, sendo estimado um investimento adicional orçado em cerca de 24,4 milhões de euros, que não serão cofinanciados por qualquer entidade.

A determinação das vendas de energia a produzir foi fundada no preço unitário que vigorará em 2018 e que se manteve constante para o período projetado de 2017-2041, para o qual foram estimados níveis de produção abaixo da capacidade instalada em cerca de 20% (produção bruta considerada a partir de 2022 foi de cerca de 70 GWh). Os níveis de produção de energia elétrica estimados foram ajustados relativamente ao previstos no referido plano e orçamento e resumem-se como segue:

Unid: MWh

2018	2019 a 2022	2023 a 2041
21.000	24.000	70.080

A taxa de desconto utilizada na atualização dos fluxos de caixa descontados reflete o WACC estimado de 7,35%, tendo em conta a estrutura dos capitais investidos e o risco específico destes ativos e mormente por se ter ponderado que os principais pressupostos no seu cálculo poderão não sofrer alterações significativas num cenário de normalidade.

Como cenário de sensibilidade ponderou-se os efeitos da variação de um ponto percentual da WACC e redução ou aumento do nível dos fluxos de caixa descontados em cerca de 10%, com os resultados a seguir indicados:

	Cenário base	Cenários de sensibilidade Variação	
Custo médio ponderado do capital (WACC)	7,35%	6,35%	8,35%
Valor atual dos fluxos de caixa descontados	10.481.415	13.551.083	7.877.275
Variação do nível dos fluxos de caixa descontados			
Aumento de 10%	13.185.764		
Redução de 10%	7.777.065		

Com base nos pressupostos utilizados no apuramento do valor de uso, que, comparativamente ao ano anterior incorporam as alterações de comportamento dos mercados financeiros, a Administração determinou que a quantia recuperável da unidade geradora de caixa fosse estimada em 10.481.415 euros e, conseqüentemente, o reconhecimento de uma perda de imparidade no período de 3.904.536 euros como se indica:

	2017	2016
Valor de custo	40.301.698	37.747.763
Subsídios ao investimento	(8.008.804)	(7.987.103)
Valor recuperável	10.481.415	11.853.717
Imparidade	21.811.479	17.906.943

Ativos em curso

Os valores mais significativos incluídos na rubrica de Ativos em curso referem-se aos seguintes projetos:

	2017	2016
Aproveitamentos hidroelétricos		
Ribeira Grande - Flores	195.331	149.842
Substituição condutas - Ilha Terceira	44.650	-
Parques eólicos		
Ilha do Corvo	114.913	114.913
Parques fotovoltaicos		
Ilha de Santa Maria	95.300	53.452
Ilha do Corvo	803	-
	450.997	318.207
Campo Geotérmico Pico Alto		
Construção da central	-	11.936.097
Poços de produção e injeção	-	13.475.524
Poços de avaliação	-	6.284.333
Furos termométricos	-	2.706.729
Outros gastos	-	2.277.900
	-	36.680.583
Imparidade	-	(17.906.943)
	-	18.773.640
Campo Geotérmico Ribeira Grande		
Central Pico Vermelho	114.589	114.589
Furo RG5	1.958.319	1.958.319
Furos Cachaços Lombada	90.345	66.971
Execução de três poços opcionais	39.813	21.615
	2.203.066	2.161.494
Imparidade RG5	(1.958.319)	(1.958.319)
	244.747	203.175
	695.744	19.295.023

Em 31 de dezembro de 2016, os custos dos empréstimos obtidos imputados aos ativos em curso foram de 259.365 euros (Nota 24). Em resultado do não recurso ao financiamento bancário, não foram imputados quaisquer gastos financeiros em 2017.

Imparidade

Em 2016, registou-se uma imparidade de 1.958.319 euros, referente aos gastos incorridos no Poço Geotérmico RG5 por ter sido determinada a sua não viabilidade económica e perdas por imparidade acumuladas do Campo Geotérmico do Pico Alto de 17.906.943 euros, tendo sido reforçada em 3.904.536 euros em 2017.

Transferências e abates

Em 2017, procedeu-se à transferência dos gastos incorridos com a Central Geotérmica do Pico Alto (Terceira) no montante de 39.899.518 euros, bem como a perda por imparidade associada que era de 17.906.943 euros em 1 de janeiro de 2017.

Depreciações

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica Gastos/reversões de depreciação e de amortização da Demonstração dos resultados pela sua totalidade, as quais, compreendem 229.192 euros referente às depreciações dos ativos associadas ao desmantelamento ou remoção.

7 Ativos intangíveis

O valor dos ativos intangíveis registados pela EDAR refere-se a direitos de superfície adquiridos para instalação dos aproveitamentos eólicos e programas de computador. A evolução registada para os períodos apresentados é como segue:

	<u>Direitos superfície</u>	<u>Software</u>	<u>Total</u>
A 1 de janeiro de 2016			
Custo de aquisição	226.965	13.622	240.587
Amortizações acumuladas	<u>(62.271)</u>	<u>(13.622)</u>	<u>(75.893)</u>
Valor líquido	<u>164.694</u>	-	<u>164.694</u>
Movimento de 2016			
Adições	50.000	-	50.000
Amortização - período	<u>(14.877)</u>	<u>-</u>	<u>(14.877)</u>
	<u>199.817</u>	-	<u>199.817</u>
31 de dezembro de 2016			
Custo de aquisição	276.965	13.622	290.587
Amortizações acumuladas	<u>(77.148)</u>	<u>(13.622)</u>	<u>(90.770)</u>
Valor líquido	<u>199.817</u>	-	<u>199.817</u>
Movimento de 2017			
Adições	56.796	-	56.796
Amortização - período	<u>(17.600)</u>	<u>-</u>	<u>(17.600)</u>
	<u>239.013</u>	-	<u>239.013</u>
31 de dezembro de 2017			
Custo de aquisição	333.761	13.622	347.383
Amortizações acumuladas	<u>(94.748)</u>	<u>(13.622)</u>	<u>(108.370)</u>
Valor líquido	<u>239.013</u>	-	<u>239.013</u>

Em 31 de dezembro de 2017 os aumentos referem-se a aquisição de direitos de superfície.

Handwritten signatures and initials:
 J. C. U. h.
 J. C. U. h.
 J. C. U. h.

8 Outros investimentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 os ativos reconhecidos nesta rubrica, referem-se a participações em instrumentos de capital sobre os quais a Empresa não tem controle ou influência significativa, os quais se encontram registados ao custo, conforme se indica:

	% detida	2017	2016
SEGMA	10	19.988	19.988
ONIAÇORES	0,001	5	5
Fundação Eng. José Cordeiro	25,91	2.494	2.494
		22.487	22.487
Imparidade		-	-
		22.487	22.487

9 Ativos e passivos por impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 os saldos reconhecidos relativamente a impostos diferidos são apresentados no balanço pelo seu valor bruto.

O impacto dos movimentos nas rubricas de impostos diferidos para os períodos apresentados é como se segue:

	2017	2016
Impacto na demonstração dos resultados		
Ativos por impostos diferidos	4.667.135	557.696
Passivos por impostos diferidos	-	17.134
	(4.667.135)	(574.830)

Os movimentos ocorridos nas rubricas de ativos e passivos por impostos diferidos para os períodos apresentados são como se segue:

Ativos por impostos diferidos - Movimentos do período

	Imparidade de clientes	Provisão Desmantelamento Parques Eólicos	Depreciações parque eólico da Serra do Cume	Reexpressão ativos produtivos	Imparidade de ativos	Total
A 1 de janeiro de 2017	13.908	622.090	49.846	1.020.833	1.932.342	3.639.020
Transferência de Passivos ID	-	(336.363)	-	-	-	(336.363)
Constituição por resultados	-	49.994	-	146.055	4.471.353	4.667.402
Reversão por resultados	-	-	-	-	(267)	(267)
Movimento do período	-	(286.369)	-	146.055	4.471.086	4.330.772
A 31 de dezembro de 2017	13.908	335.722	49.846	1.166.888	6.403.428	7.969.792



	Imparidade de clientes	Provisão Desmantelamento Parques Eólicos	Depreciações parque eólico da Serra do Cume	Reexpressão ativos produtivos	Imparidade de ativos	Total
A 1 de janeiro de 2016	776	606.063	49.846	893.485	1.531.154	3.081.324
Constituição por resultados	13.908	16.028	-	127.347	401.455	558.740
Reversão por resultados	(776)	-	-	-	(268)	(1.044)
Movimento do período	13.132	16.028	-	127.347	401.188	557.696
A 31 de dezembro de 2016	13.908	622.090	49.846	1.020.833	1.932.342	3.639.020

Tendo em consideração o plano de negócios da Empresa aprovado em 2017 para exercícios futuros, perspetiva-se a existência de lucro tributável que permita utilizar a perda por imparidade constituída para o projeto do Pico Alto, para efeitos fiscais, pelo que foi reconhecido o correspondente ativo por imposto diferido no montante de 4.471.353 euros.

Passivos por impostos diferidos - Movimentos do período

	2017	2016
A 1 de janeiro	336.363	353.497
Reversão por resultados	-	(17.134)
Transferência para Ativos ID	(336.363)	-
Movimentos do período	(336.363)	(17.134)
A 31 de dezembro	-	336.363

10 Inventários

O detalhe de inventários em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é como segue:

	2017	2016
Materiais diversos	90.891	113.091
	90.891	113.091
Imparidade de inventários	-	(1.500)
	90.891	111.591

O saldo de materiais diversos refere-se ao inibidor químico utilizado nos poços de produção geotérmicos e Normal Pentano para utilização no sistema de refrigeração dos grupos das centrais geotérmicas.

O custo dos inventários reconhecidos em 2017 como gasto e incluído na rubrica Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas totalizou 275.013 euros (2016: 247.852 euros) (Nota 25).

11 Clientes

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a decomposição da rubrica de clientes é como se segue:

		<u>2017</u>	<u>2016</u>
		<u>Corrente</u>	<u>Corrente</u>
Clientes - outros	i)	432.324	336.349
Clientes - grupo (Nota 36)	ii)	3.188.846	2.981.255
Clientes de cobrança duvidosa		81.566	81.566
		<u>3.702.736</u>	<u>3.399.170</u>
Imparidade de clientes		<u>(81.566)</u>	<u>(81.566)</u>
		<u>3.621.170</u>	<u>3.317.604</u>

i) Clientes - gerais: nesta rubrica encontram-se registados os saldos a receber de clientes decorrente da prestação de serviços;

ii) Clientes - grupo: o saldo a receber em 2017 refere-se, essencialmente, à eletricidade produzida e faturada no mês de dezembro à EDA (3.128.722 euros) e juros debitados ao acionista (50.113 euros).

Tratando-se de saldos a receber correntes não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

O saldo da rubrica de Perdas por imparidade acumuladas nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 tem o seguinte movimento:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
A 1 de janeiro	81.566	81.566
Aumentos	-	-
A 31 de dezembro	<u>81.566</u>	<u>81.566</u>

12 Estado e outros entes públicos

No período findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 os saldos de impostos a liquidar/recuperar referem-se a:

	<u>2017</u>		<u>2016</u>	
	<u>Devedor</u>	<u>Credor</u>	<u>Devedor</u>	<u>Credor</u>
Imposto sobre rendimento - IRC	-	405.244	-	295.203
Imposto sobre rendimento - IRS	-	16.762	-	15.356
Imposto sobre valor acrescentado - IVA	-	728.494	-	680.392
Contribuições para segurança social	-	30.492	-	26.360
Imposto a pagar/recuperar	-	<u>1.180.992</u>	-	<u>1.017.312</u>

Para os períodos apresentados o saldo relativo ao IRC tem a seguinte decomposição:

	2017	2016
Pagamentos por conta	1.986.039	1.994.670
Retenções na fonte	12.528	78.080
Estimativa de IRC (Nota 31)	<u>(2.403.811)</u>	<u>(2.367.953)</u>
	<u>(405.244)</u>	<u>(295.203)</u>

de
Chk.
At.
Jos

13 Acionistas

De acordo com a política financeira do Grupo, os excedentes de tesouraria são cedidos ao acionista EDA. Assim, os valores cedidos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são 37.720.000 euros e 30.560.000 euros, respetivamente, os quais vencem juros à taxa anual de 0,18% (2016: 0,47%). Os juros debitados ao acionista perfazem o montante de 62.641 euros (2016: 138.299 euros), conforme Nota 30.

Esta cedência de fundos sem período de vencimento previsto está classificada em ativo corrente porque as condições da sua atribuição são periodicamente revistas.

14 Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos de outras contas a receber são como segue:

	2017	2016
	Corrente	Corrente
Outros devedores	<u>76.508</u>	<u>92.429</u>
Pessoal	<u>-</u>	<u>121</u>
Devedores por acréscimos de rendimentos i)	<u>63.703</u>	<u>-</u>
Adiantamentos a fornecedores	<u>13.094</u>	<u>37.913</u>
	<u>153.305</u>	<u>130.463</u>

i) Fatura de deslastragens do mês de dezembro no valor de 8.135 euros e correção da faturação emitida dos meses de outubro a dezembro de 2017 da Central Hídrica da Foz da Ribeira no valor de 55.568 euros.

15 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a EDAR tem registado na rubrica Diferimentos, os montantes pagos antecipadamente por conta de bens ou serviços a receber em períodos subsequentes como os prémios de seguro.



	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Seguros	84.787	204.199
	84.787	204.199

JL
CUH
Ch *DET*
AR

16 Capital subscrito

Em 31 de dezembro de 2017 o capital social da EDAR encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 4.759.994 ações, com o valor nominal de 5 euros cada, detidas pelas seguintes entidades:

	<u>Ações</u>		
	<u>Quantidade</u>	<u>Valor</u>	<u>% detida</u>
EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	4.744.905	23.724.525	99,68%
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.	15.089	75.445	0,32%
	4.759.994	23.799.970	100,00%

17 Reservas legais e outras

Estas rubricas registaram os seguintes movimentos durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	<u>Reservas legais</u>	<u>Outras reservas</u>	<u>Resultados transitados</u>	<u>Total</u>
1 de janeiro de 2016	3.463.000	14.016	47.753.077	51.230.093
Aplicação do resultado do período	350.000	-	6.193.309	6.543.309
Dividendos atribuídos	-	-	(3.569.996)	(3.569.996)
31 de dezembro de 2016	3.813.000	14.016	50.376.391	54.203.406
Aplicação do resultado do período	350.000	-	5.842.644	6.192.644
Dividendos atribuídos	-	-	(3.569.996)	(3.569.996)
31 de dezembro de 2017	4.163.000	14.016	52.649.039	56.826.055

A Reserva legal ainda não se encontra totalmente constituída nos termos da lei (20% do capital social). Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do Capital Social.

Em conformidade com a Assembleia Geral realizada em 7 de abril de 2017, o resultado apurado no período no montante de 6.192.644 euros foi transferido para Reservas legais, no montante de 350.000 euros, distribuídos dividendos de 3.569.996 euros e foi mantido em resultados transitados o montante de 2.272.648 euros. Os dividendos atribuídos aos acionistas foram assim repartidos:



EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	3.558.679
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.	11.317
	3.569.996

de
elt.
de
de

18 Outras variações no capital próprio

A rubrica de Outras variações no capital próprio inclui os montantes reconhecidos a título de subsídios ao investimento não reembolsáveis, que registaram os seguintes movimentos durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	2017	2016
Subsídios		
1 de janeiro		
Produção geotérmica	14.168.207	15.709.739
Produção eólica e hídrica	2.094.852	2.526.832
	16.263.059	18.236.571
Atribuição/Anulação de subsídios		
Produção geotérmica	-	2.803
Produção eólica e hídrica	-	-
Outros	2.250	-
	2.250	2.803
Amortização do período (Nota 28)		
Produção geotérmica	(1.677.814)	(1.544.334)
Produção eólica e hídrica	(269.086)	(431.980)
Outros	(563)	-
	(1.947.463)	(1.976.314)
31 de dezembro	14.317.846	16.263.059
Outras contas a pagar		
1 de janeiro	(3.333.927)	(3.738.498)
Atribuição do subsídio	(461)	(575)
Transferência	399.230	405.144
	(2.935.158)	(3.333.927)
31 de dezembro	11.382.688	12.929.132

Em 2017 foi atribuído à empresa um subsídio referente a um fundo ambiental para viaturas elétricas no valor de 2.250 euros.

O saldo não corrente de outras dívidas a pagar é referente ao imposto a pagar no futuro

relacionado com os subsídios ao investimento reconhecido no capital próprio.

O saldo líquido desta rubrica é subdividido por:

	2017	2016
Produção geotérmica	9.929.862	11.263.724
Produção eólica e hídrica	1.451.484	1.665.407
Outros	1.342	-
	11.382.688	12.929.132

de
Colls.
At.
Dst
pr

O ajustamento do imposto a pagar no futuro, no montante de 2.935.159 euros (Nota 22) é reconhecido em outras dívidas a pagar (2016: 3.333.927 euros).

19 Provisões

A Empresa reconhece nas suas demonstrações financeiras uma provisão relativa aos gastos de desmantelamento a incorrer no final do período de exploração dos aproveitamentos eólicos. Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os movimentos nesta rubrica foram como se segue:

	2017	2016
A 1 de janeiro	3.034.591	2.956.404
Efeito financeiro (Nota 30)	14.681	16.789
Dotação do ano - alteração pressupostos	14.441	61.399
Movimento do período	29.122	78.187
A 31 de dezembro	3.063.713	3.034.591
Saldo corrente	-	-
Saldo não corrente	3.063.713	3.034.591
	3.063.713	3.034.591

20 Financiamentos obtidos

O detalhe dos financiamentos quanto ao prazo (corrente e não corrente) e por natureza de empréstimo, no final do período, é como segue:

	2017			2016		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários	2.363.636	6.895.455	9.259.091	2.363.636	9.259.091	11.622.727
	2.363.636	6.895.455	9.259.091	2.363.636	9.259.091	11.622.727
Juros a pagar - especialização	11.917	-	11.917	13.700	-	13.700
	2.375.553	6.895.455	9.271.008	2.377.336	9.259.091	11.636.427

Os empréstimos bancários referem-se a crédito negociado junto de instituições de crédito,

vencendo juro a taxas anuais compreendias entre 0,24% e 0,82%. Estes empréstimos serão reembolsados até 2024.

Os encargos financeiros são contabilizados de acordo com o princípio da especialização de períodos e, quando não liquidados, são adicionados ao valor nominal do empréstimo bancário.

21 Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 os saldos de fornecedores são os seguintes:

		<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fornecedores - outros	i)	557.989	453.976
Fornecedores - grupo (Nota 36)	ii)	571.916	532.474
		<u>1.129.905</u>	<u>986.450</u>

i) Fornecedores – gerais: parte significativa deste saldo refere-se aos saldos a pagar pela aquisição de diversos materiais e serviços incorporados no processo normal da atividade da Empresa;

ii) Fornecedores – grupo: decorre da prestação de serviços das áreas administrativas da EDA e da cedência de pessoal, assim como serviços efetuados nos parques eólicos pela SEGMA.

22 Outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o detalhe da rubrica de Outras dívidas a pagar é como segue:

		<u>2017</u>			<u>2016</u>		
		<u>Corrente</u>	<u>Não corrente</u>	<u>Total</u>	<u>Corrente</u>	<u>Não corrente</u>	<u>Total</u>
Fornecedores							
Fornec. investimentos - grupo (Nota 36)		59.870	-	59.870	-	-	-
Fornec. investimentos - outros		1.196.997	-	1.196.997	1.758.718	-	1.758.718
	i)	1.256.867	-	1.256.867	1.758.718	-	1.758.718
Pessoal		25	-	25	-	-	-
Outros credores							
Credores por garantias prestadas	ii)	-	459.000	459.000	459.000	-	459.000
Credores diversos		1.628	-	1.628	951	-	951
Ajustamentos por imposto a pagar	iii)	-	2.935.158	2.935.158	-	3.333.927	3.333.927
Valores a regularizar	iv)	-	-	-	353.477	-	353.477
Credores por acréscimos de gastos							
Encargos com remunerações		200.816	-	200.816	139.875	-	139.875
Outros acréscimos de custo	v)	3.015.371	-	3.015.371	2.023.961	-	2.023.961
		<u>4.474.707</u>	<u>3.394.158</u>	<u>7.868.865</u>	<u>4.735.982</u>	<u>3.333.927</u>	<u>8.069.909</u>

i) Fornecedores de investimentos: esta rubrica refere-se maioritariamente aos saldos a pagar a fornecedores de equipamentos, prestadores de serviços de apoio ao investimento realizado na central geotérmica do Pico Alto;

ii) Credores por garantias prestadas: incluem as cauções prestadas no âmbito da construção da central geotérmica do Pico Alto, montantes que serão liquidados em 2020 e 2021;

iii) Como indicado na Nota 18, o saldo não corrente desta rubrica é referente ao imposto a pagar no futuro relacionado com os subsídios ao investimento reconhecido no capital próprio;

iv) Valores a regularizar contempla as deslustragens ocorridas nos parques eólicos em consequência da entrada em rede de outros produtores de energia elétrica. Esta compensação da energia elétrica não injetada na rede foi determinada em bases provisórias e, por isso, não foi reconhecida em resultados;

v) Credores por acréscimos de gastos: a rubrica de outros acréscimos de custos refere-se essencialmente à compensação financeira que a EDAR terá de pagar à Região Autónoma dos Açores como contrapartida da exploração dos recursos geotérmicos relativa ao período de 2017 no montante de 2.345.040 euros (2016: 1.850.121 euros) e 579.062 euros (2016: 173.840 euros) respeitantes aos gastos incorridos e a faturar em diversas obras de investimento e de exploração. A taxa de incidência para a determinação da compensação foi de 12,5% em 2017 e 2016 para o Campo Geotérmico da Ribeira Grande e 10% em 2017 para a Central Geotérmica do Pico Alto (Nota 29).

23 Vendas e serviços prestados

O montante de vendas e prestações de serviços reconhecido na Demonstração dos resultados é detalhado como segue:

	2017	2016
Vendas de eletricidade		
Hídrica	2.940.945	2.982.828
Eólica	5.400.553	6.308.243
Geotérmica	18.953.333	14.800.965
	27.294.831	24.092.035
Serviços Prestados		
Outros	4.543	17.142
	27.299.374	24.109.178

As vendas de eletricidade, no montante de 27.294.831 euros, são efetuadas na totalidade ao acionista EDA (Nota 36).

24 Trabalhos para a própria entidade

O detalhe dos trabalhos para a própria empresa para os períodos apresentados refere-se à seguinte natureza de gastos incorridos:

	2017	2016
Fornecimentos e serviços externos	278.548	214.674
Encargos financeiros (Nota 6)	-	259.365
Gastos com pessoal	30.960	8.868
Outros gastos e perdas	25.429	2.859
	334.937	485.766

Em 2017 não foram efetuadas imputações de encargos financeiros, sendo que os valores mais significativos capitalizados em 2016 referem-se ao Campo Geotérmico do Pico Alto no montante de 255.730 euros.

25 Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O detalhe do custo das matérias consumidas demonstra-se como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Inventários iniciais (Nota 10)	113.091	111.329
Compras	252.813	249.613
Inventários finais (Nota 10)	<u>(90.891)</u>	<u>(113.091)</u>
	<u>275.013</u>	<u>247.852</u>

26 Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos custos com fornecimentos e serviços externos registados em 2017 e 2016 é como segue:

		<u>2017</u>	<u>2016</u>
Conservação e reparação	i)	2.223.483	1.759.140
Trabalhos especializados	ii)	1.119.594	860.000
Subcontratos	iii)	465.092	476.028
Seguros	iv)	331.707	356.998
Rendas e alugueres		287.545	117.368
Electricidade		98.927	81.160
Vigilância e segurança		66.285	58.445
Combustíveis		65.694	37.809
Deslocações e estadas		62.019	63.012
Outros fluídos		54.420	16.736
Limpeza, higiene e conforto		53.009	26.647
Ferramentas e utensílios		23.350	74.403
Comunicações		19.218	18.304
Transporte de mercadorias		15.718	46.707
Outros (inferiores a 15.000 euros)		<u>52.967</u>	<u>124.974</u>
		<u>4.939.028</u>	<u>4.117.730</u>

i) A rubrica de Conservação e reparação refere-se essencialmente a gastos com a aquisição de material a incorporar na conservação do equipamento produtivo da Empresa;

ii) Os gastos com Trabalhos especializados incluem os serviços de informática, os honorários para a revisão legal das contas e auditoria e serviços de apoio das áreas administrativas prestados pelo acionista EDA;

iii) Os gastos com Subcontratos dizem respeito essencialmente à cedência de pessoal do acionista EDA à Empresa;

iv) Seguros contratados para os trabalhos de exploração de recursos geotérmicos e parques eólicos.

27 Gastos com pessoal

Os Gastos com pessoal incorridos durante os períodos de 2017 e 2016 foram como segue:

	2017	2016
Remunerações		
Orgãos sociais	142.083	136.848
Pessoal	983.060	734.892
	1.125.143	871.740
Outros gastos		
Encargos sobre remunerações	245.058	196.821
Prémios para benefícios reforma	28.627	22.283
Gastos de ação social	21.646	13.538
Pensões	10.088	10.088
Formação profissional	100.349	8.976
Indemnizações	-	867
Outros	5.647	5.350
	411.415	257.923
	1.536.558	1.129.662

O número médio de empregados em 2017 foi de 53 (2016: 44).

Os gastos com Prémios para benefícios reforma incluem as contribuições para planos de contribuição definida no montante de 28.627 euros (2016: 22.283 euros).

Em 2017 o valor pago de complemento de reforma a 3 ex-colaboradores não abrangidos por qualquer dos planos descritos ascendeu a 10.088 euros (2016: 10.088 euros).

Em 2017, a EDAR beneficiou com contratos de apoio ao emprego no montante de 6.977 euros (2016: 53.660 euros), reconhecidos na rubrica de subsídios à exploração.

28 Outros rendimentos

A rubrica de Outros rendimentos pode ser apresentada como segue:

	2017	2016
Reconhecimento de subsídios ao investimento i)	1.947.463	1.976.314
Rendimentos suplementares ii)	274.574	542.120
Dividendos	49.300	45.300
Excesso para estimativa de imposto	39.595	43.292
Diferenças cambiais	16.796	1.873
Correções relativas a períodos anteriores	460	72.873
Outros rendimentos operacionais	2	2.416
Indemnizações de seguradoras	-	1.431
	2.328.190	2.685.620

sh
Cell.
Fr.
sh
pc

i) Esta rubrica refere-se ao reconhecimento dos subsídios ao investimento não reembolsáveis obtidos (Nota 18) e reparte-se do seguinte modo:

	2017	2016
Produção geotérmica	1.677.814	1.544.334
Produção eólica e hídrica	269.086	431.980
Outros	563	-
	1.947.463	1.976.314

ii) Empregada destinada à realização de piezómetros e deslastragens.

29 Outros gastos

O detalhe da rubrica de Outros gastos é apresentado no quadro seguinte:

	2017	2016
Impostos e taxas i)	2.398.459	1.871.439
Donativos	28.795	28.795
Indemnizações de exploração	21.687	21.230
Outros gastos operacionais	12.625	12.624
Diferenças cambiais	7.607	7.263
Alienações - Investimentos não financeiros	1.828	-
Multas e penalidades	72	867
	2.471.073	1.942.218

i) A rubrica de imposto compreende essencialmente a taxa de compensação financeira que a EDAR terá de pagar à Região Autónoma dos Açores pela exploração dos recursos geotérmicos. Até ao final de 2017, o valor da compensação ainda não foi liquidado e ascende a 2.345.040 euros (2016: 1.850.121 euros). A taxa de compensação em 2017 e 2016 que é aplicada sobre as vendas de energia geotérmica é de 12,5% para o Campo Geotérmico da Ribeira Grande na ilha de São Miguel e de 10% em 2017 para a Central Geotérmica do Pico Alto na ilha Terceira (em 2020, será alterada para 12,5%).

30 Gastos e rendimentos financeiros

O detalhe dos gastos e rendimentos similares para os períodos findos em 31 de dezembro de



2017 e 2016 é como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados i)	28.260	40.207
Outros gastos e perdas financeiros ii)	84.187	96.023
	<u>112.447</u>	<u>136.230</u>
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros acionistas (Notas 13 e 36)	62.641	138.299
	<u>62.641</u>	<u>138.299</u>

i) Juros referentes aos empréstimos contraídos pela EDAR para o financiamento das suas atividades;

ii) O montante de 84.187 euros inclui 14.681 euros referentes ao efeito financeiro associado à provisão de desmantelamento dos parques eólicos (2016: 16.789 euros) (Nota 19).

31 Imposto sobre o rendimento

A decomposição do montante de imposto sobre o rendimento reconhecido nas demonstrações financeiras é conforme segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Imposto sobre rendimento corrente (Nota 12)	2.403.811	2.367.953
Imposto sobre rendimento diferido (Nota 9)	(4.667.135)	(574.830)
	<u>(2.263.324)</u>	<u>1.793.123</u>

A taxa de imposto utilizada para a valorização das diferenças tributárias à data de balanço do período findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foi de 20,5%.

A reconciliação do montante de imposto do período é conforme segue:

[Handwritten signatures and initials]

[Handwritten signature]

	2017	2016
Resultado antes de impostos	6.437.010	7.985.767
<u>Diferenças temporárias:</u>		
Imparidade de ativos depreciables ou amortizáveis	5.045.994	3.334.801
Perdas por imparidade em inventários	-	1.500
Outros	63	-
<u>Diferenças permanentes:</u>		
Outros	(18.074)	(22.403)
Lucro Tributável / (Prejuízo Fiscal)	11.464.993	11.299.665
Prejuízos fiscais	-	-
Matéria coletável	11.464.993	11.299.665
Taxa nominal de imposto	16,80%	16,80%
	1.926.119	1.898.344
Derrama Municipal	171.975	169.495
Derrama Estadual	302.600	295.987
Tributação autónoma	3.117	4.128
Imposto diferido	(4.667.135)	(574.830)
Impostos sobre o rendimento do exercício	(2.263.324)	1.793.123

A taxa de imposto adotada na determinação do montante de imposto nas demonstrações financeiras é conforme segue:

	2017	2016
Taxa de imposto	16,80%	16,80%
Derrama	1,50%	1,50%
Derrama estadual		
> 1.500.0000 e < 7.500.000	2,40%	2,40%
> 7.500.0000 e < 35.000.000	4,00%	4,00%
> 35.000.000	5,60%	5,60%

32 Dividendos

Os dividendos pagos durante o período de 2017 foram de 3.569.996 euros (2016: 3.569.996 euros).

33 Compromissos

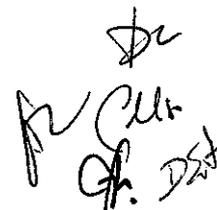
Os compromissos assumidos pela Empresa à data do balanço dos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são como segue:

Compromissos para investimentos

Os compromissos assumidos pela EDAR referem-se a adjudicações já efetuadas relativas a

empreitadas e são como segue:

	2017	2016
Empreitadas	2.789.953	3.222.630
Equipamentos	-	604.126
	2.789.953	3.826.756



34 Contingências

A EDAR tem os seguintes passivos contingentes decorrentes das garantias bancárias prestadas, conforme segue:

Beneficiário	Objeto	Início	2017	2016
Região Autónoma Açores	Pedido de concessão de exploração de recursos geotérmicos do Pico Alto	2017	250.000	-
Região Autónoma Açores	Pedido de concessão de exploração de recursos geotérmicos	2016	249.399	249.399
Vice Presidência Governo, Emprego e Competitividade Empresarial	Pedido de concessão de exploração de recursos geotérmicos no Pico Alto, Ilha Terceira	2015	1.000	1.000
BEI	Garantia exigida aquando do desembolso do empréstimo EDA Power VII-B	2012	3.818.182	4.363.636
Alfândega de Ponta Delgada	Isenção de Imposto sobre produtos petrolíferos na aquisição de matérias-primas	1990	2.494	2.494
Secretaria Regional da Economia	Atribuição dos Direitos de Prospeção e Pesquisa de Recursos Geotérmicos	2003	-	224.460
			4.321.075	4.840.989

Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a EDAR não tinha identificado quaisquer passivos contingentes.

Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a EDAR não tinha identificado quaisquer ativos contingentes.

35 Matérias ambientais

No período de 31 de dezembro de 2017 foi atribuído à empresa um subsídio referente a um fundo ambiental para viaturas elétricas no valor de 2.250 euros. Relativamente ao período de 31 de dezembro de 2016 não foram atribuídos à Empresa quaisquer subsídios ou incentivos relacionados com matérias ambientais. Não foram também reconhecidos nesses períodos quaisquer rendimentos ou gastos relacionados com estas matérias.

A Empresa apresenta nas suas demonstrações financeiras uma provisão destinada ao desmantelamento dos equipamentos e infraestruturas dos parques eólicos no final das suas



vidas úteis, a qual também incorpora uma parte de componente ambiental (reposição de terrenos nas suas condições iniciais). A Administração utilizou o seu melhor conhecimento do negócio, bem como o seu conhecimento das melhores práticas do mercado, de forma a estimar os gastos que deverão vir a ser incorridos no final dos respetivos períodos de exploração. Estas provisões foram reconhecidas nas demonstrações financeiras da Empresa de acordo com a NCRF 7, constituindo-se por incremento do Ativo, sendo reconhecida anualmente a depreciação do mesmo.

No âmbito do desenvolvimento da sua atividade, não incorreu em encargos significativos de carácter ambiental, com exceção daqueles estiveram relacionados com o desenvolvimento de um campo de desgaseificação na área das Caldeiras da Ribeira Grande. Em conformidade com a informação disponível e, embora a atividade possa permanecer, a Administração entende que os danos os prejuízos que possam vir a ocorrer com este acontecimento não assumirão no futuro quaisquer montantes materialmente significativos.

No que respeita aos aproveitamentos hídricos e geotérmicos, a Administração considera que, tendo em consideração o tipo de ativos e a lógica de continuidade das operações na Região Autónoma dos Açores, independentemente da existência de um contrato formal que preveja a reversão destes equipamentos produtivos para o Governo Regional ou outra entidade pública, a Empresa terá a responsabilidade de realizar os investimentos de manutenção necessários para manter as condições normais de funcionamento, não havendo lugar a desembolsos futuros com o desmantelamento e/ou remoção destes equipamentos.

A Administração está convicta de que não existem, nesta data, outras obrigações ou contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a Sociedade, para além do referido na Nota 34.

36 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a EDAR é detida pela EDA que detém 99,68% do capital da Empresa.

36.1. Remuneração dos órgãos sociais

Os Órgãos de Gestão da EDAR foram considerados de acordo com a NCRF 5 – Partes relacionadas como sendo os únicos elementos chave da gestão da Empresa. Durante o período findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 as remunerações auferidas pelos mesmos são conforme segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Remunerações (Nota 27)	<u>142.083</u>	<u>136.848</u>
	<u>142.083</u>	<u>136.848</u>

Os membros dos Órgãos de Gestão da EDAR não realizaram qualquer tipo de contrato com a Empresa, para os períodos apresentados.

Adicionalmente foram pagos aos restantes Órgãos Sociais os seguintes montantes:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fiscal Único	12.480	12.480
	<u>12.480</u>	<u>12.480</u>

sh
elt.
Th.
sd
pe

36.2. Transações entre partes relacionadas
(a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:
Acionistas:

EDA - Electricidade dos Açores, S.A.
 SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.

Por via de Acionistas:

GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.
 NORMA - AÇORES - Sociedade de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento Regional, S.A.

(b) Transações e saldos pendentes
i) Acionistas:

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a EDAR efetuou as seguintes transações com os seus acionistas:

Vendas

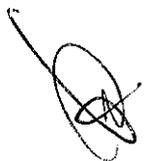
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
EDA - Electricidade dos Açores, S.A. (Nota 23)	27.294.831	24.092.035
	<u>27.294.831</u>	<u>24.092.035</u>

Serviços prestados

EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	4.093	3.335
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.	424	-
	<u>4.517</u>	<u>3.335</u>
	<u>27.299.348</u>	<u>24.095.371</u>

Juros e rendimentos similares obtidos

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
EDA - Electricidade dos Açores, S.A. (Nota 13 e 30)	62.641	138.299
	<u>62.641</u>	<u>138.299</u>



Compras de produtos e serviços

	2017	2016
EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	631.104	603.064
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.	460.368	312.535
	1.091.472	915.599

Saldos devedores e credores

No final dos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 os saldos resultantes de transações efetuadas com os acionistas são como segue:

	2017	2016
Saldos devedores		
EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	a) 40.908.846	33.541.255
	40.908.846	33.541.255
Saldos credores		
EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	417.079	390.717
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.	142.391	135.160
	559.470	525.877

a) Compreende 37.720.000 euros e 30.560.000 euros em dezembro de 2017 e 2016, respetivamente, correspondente às cedências de fundos ao acionista EDA que vence juros conforme indicado na Nota 13.

ii) Outras partes relacionadas:

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a EDAR efetuou as seguintes transações com outras partes relacionadas:

Compras de produtos e serviços

	2017	2016
GLOBALEDA – Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.	36.070	6.806
NORMA - AÇORES - Sociedade de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento Regional, S.A.	28.550	22.314
	64.620	29.120

Saldos devedores e credores

No final dos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 os saldos resultantes de transações efetuadas com partes relacionadas por via de acionistas são como segue:

	2017	2016
Saldos credores		
GLOBALEDA – Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.	39.511	6.597
NORMA - AÇORES - Sociedade de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento Regional, S.A.	32.804	-
	72.315	6.597

37 Disposições legais

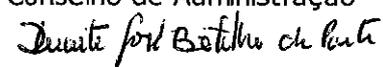
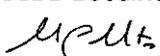
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não existiam valores em dívida à Segurança Social nem à Administração Fiscal.

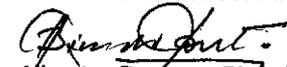
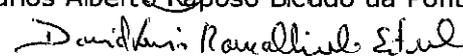
38 Eventos subsequentes

Até à data da aprovação destas demonstrações financeiras o Conselho de Administração não tomou conhecimento de quaisquer eventos subsequentes que devam ser alvo de registo ou divulgação nas presentes demonstrações financeiras.

Contabilista Certificado

 Cláudio Manuel Raposo Torres

O Conselho de Administração

 Duarte José Botelho da Ponte

 Maria do Carmo Marques Martins

 José Luís Pimentel Amaral

 Carlos Alberto Raposo Bicludo da Ponte

 David Luís Ramalhinho Estrela

**RELATÓRIO E PARECER
DO FISCAL ÚNICO**

Senhores acionistas,

Em cumprimento dos preceitos legais e estatutários, e tendo examinado oportunamente o Relatório do Conselho de Administração, o Balanço, as Demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa e o Anexo da **EDA Renováveis, S.A.** (a Entidade), respeitantes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, vem o Fiscal Único submeter a vossa apreciação o seu relatório e parecer.

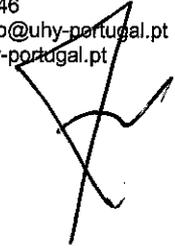
1. No desempenho das funções que lhe são cometidas, o Fiscal Único procedeu com resultados satisfatórios e com a frequência e a extensão que entendeu necessárias, a uma revisão geral dos procedimentos contabilísticos e a outros elementos comprovativos.
2. O Fiscal Único acompanhou, com a devida regularidade, a gestão da atividade da Entidade, tendo obtido do Conselho de Administração todos os elementos, esclarecimentos e informações necessários ao cumprimento das funções que lhe competem.
3. O Fiscal Único considera que o Relatório de gestão foi elaborado em conformidade com os parâmetros referidos no artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, indicando de forma clara a evolução passada e previsível dos negócios da Entidade.
4. O Fiscal Único considera que as demonstrações financeiras satisfazem os preceitos legais e estatutários e refletem a posição dos registos contabilísticos no fecho do exercício.
5. As políticas contabilísticas adotadas na preparação das contas são as constantes do Anexo às demonstrações financeiras e correspondem à correta avaliação do património social e estão em conformidade com os requisitos legais.
6. Em face do que antecede, emitimos o seguinte parecer:

- (a) Aproveis o Relatório, o Balanço, as Demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa e o Anexo preparados pelo Conselho de Administração com referência ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, e
- (b) Aproveis a proposta do Conselho de Administração sobre a aplicação de resultados do exercício.

Ponta Delgada, 11 de abril de 2018



UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Manuel Luís Fernandes Branco (ROC nº 652)



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **EDA Renováveis, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 123.223.529 euros e um total de capital próprio de 100.709.047 euros, incluindo um resultado líquido de 8.700.334 euros), as demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **EDA Renováveis, S.A.** em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

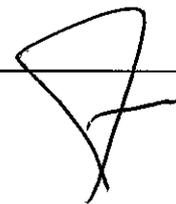
A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.



- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza

material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

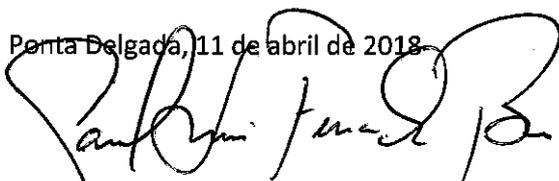
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Ponta Delgada, 11 de abril de 2018



UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Manuel Luís Fernandes Branco (ROC nº 652)

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da EDA Renováveis, S.A. ("Entidade"), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 123.223.529 euros e um total de capital próprio de 100.709.047 euros, incluindo um resultado líquido de 8.700.334 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da EDA Renováveis, S.A. em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Outras matérias

As demonstrações financeiras da Entidade em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para efeitos comparativos, foram auditadas por outros Revisores Oficiais de Contas, cujo Relatório de Auditoria datado de 7 de abril de 2017 e Certificação Legal das Contas datada de 4 de abril de 2017, não incluem reservas ou ênfases.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;

- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com o órgão de gestão, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 13 de abril de 2018


Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Jorge Carlos Batalha Duarte Catulo, ROC